



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: MARLENE TEIXEIRA RODRIGUES

DANIELE LIGABUE RICCARDI

**A RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA NA PERSPECTIVA DA MÍDIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CORREIO BRAZILIENSE**

BRASÍLIA – DF

2017

DANIELE LIGABUE RICCARDI

**A RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA NA PERSPECTIVA DA MÍDIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CORREIO BRAZILIENSE**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marlene Teixeira Rodrigues

BRASÍLIA - DF

2017

DANIELE LIGABUE RICCARDI

**A RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA NA PERSPECTIVA DA MÍDIA:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CORREIO BRAZILIENSE**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Maria Dayssy Stphanie Rocha Cerqueira
Assistente Social

Prof.^a Dr.^a Kenia Augusta Figueiredo
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Marlene Teixeira Rodrigues
Universidade de Brasília
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

Brasília – DF, 12 de dezembro de 2017

Dedico este estudo aos meus familiares e amigos,
por todo o apoio e dedicação.

Principalmente, a todas as prostitutas, por serem
mulheres fortes a frente de tantos obstáculos.

AGRADECIMENTOS

À minha professora e orientadora, Marlene Teixeira, por todos os ensinamentos, colaborações e incentivos ao longo da minha trajetória acadêmica

À minha amada mãe, Ana Elisa Ligabue, por sempre acreditar em mim e me incentivar desde o início a ir atrás dos meus sonhos.

Ao meu querido e amado pai, Riccardo Riccardi, que sempre estará em minha memória.

À minha amada irmã Yasmin, por encher minha vida de alegria e me esvaziar das preocupações.

Ao meu querido padrasto, Gilberto da Silva, por sempre me ajudar e apoiar nos momentos em que precisei.

Ao meu tio Eduardo, por ter me incentivado e me ajudado durante todo o trajeto desta pesquisa.

Aos meus queridos avós Carmelina, Ferdinando e Sônia, por sempre me encherem de amor e mostrarem o quão estão orgulhosos da minha escolha profissional.

À minha prima, Rebeca Ligabue, pela eterna amizade e a enorme colaboração para elaborar esta pesquisa.

À Brenda Rocha, Clara Baumann, Isabella Cantarino, minhas queridas amigas, que me concederam todo o apoio e forças nas horas em que precisei. Obrigada por sempre estarem ao meu lado.

À Ana Luíza, parceira de estágio e da UnB, obrigada por sempre me ajudar e me fazer tão bem.

À Bruna Marques, por toda a paciência, apoio e auxílio durante esta árdua etapa final da graduação.

Às minhas amigas da UnB, Mariana Porto Virgínia Lopes, Jéssica Oliveira, por todas as histórias e aprendizados compartilhados durante a graduação.

A todas as meninas do Grupo de Pesquisa GENPOSS, pelos compartilhamentos, troca de saberes e amizade.

A todos os funcionários e professores do departamento de Serviço Social, por acompanhar e auxiliar a minha formação.

A todas as prostitutas que lutam cotidianamente contra os estigmas em uma sociedade tão desigual, mostrando que são mulheres de direitos e que merecem um Estado que olhe por todas.

*“Renova-te.
Renasce em ti mesmo.
Multiplica os teus olhos, para verem mais.
Multiplica-se os teus braços para semeares tudo.
Destrói os olhos que tiverem visto.
Cria outros, para as visões novas.
Destrói os braços que tiverem semeado,
Para se esquecerem de colher.
Sê sempre o mesmo.
Sempre outro. Mas sempre alto.
Sempre longe.
E dentro de tudo”*

(Cecília Meireles)

RESUMO

Este trabalho teve como objeto a relação “prostituição e polícia” na perspectiva da mídia. Foi realizada uma análise de notícias publicadas no acervo digital do *Correio Braziliense*, entre os anos de 2014 e 2015, em razão a Copa do Mundo no Brasil. O objetivo geral foi observar como um dos veículos jornalísticos mais influentes do Distrito Federal e Entorno abordou a relação entre prostituição e polícia. Para desenvolver a pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico a fim de conhecer o debate sobre os significados e visões da prostituição, bem como, o lugar ocupado pela polícia e a mídia nos discursos sobre a atividade. A metodologia envolveu pesquisa documental de autores que debatem sobre os fenômenos e análise de dados pelo buscador do site *Correio Braziliense* dentro do período delimitado. O estudo das cinquenta e nove notícias encontradas permitiu conclusões das perspectivas morais destacadas pelo jornal sobre a interação dos termos, em que o *Correio Braziliense* contribuiu para as representações sociais cristalizadas da prostituição associada ao perigo e a polícia associada a segurança.

Palavras-chaves: Prostituição. Polícia. Mídia. Prostituta. Violência.

ABSTRACT

This work had as object the relation "prostitution and police" from the perspective of the media. An analysis of the news published in the digital archive of *Correio Braziliense* was carried out between 2014 and 2015, due to the World Cup in Brazil. The general objective was to observe how one of the most influential journalistic vehicles of the Federal District and Surroundings approached the relationship between prostitution and police. To develop the research, a bibliographical survey was conducted in order to understand the debate about the meanings and visions of prostitution, as well as the place occupied by the police and the media in the speeches about the activity. The methodology involved documentary research of authors who debate about the phenomena and analysis of data by the search engine of *Correio Braziliense* website within the delimited period. The study of the fifty-nine news items allowed conclusions of the moral perspectives highlighted by the newspaper on the interaction of terms in which *Correio Braziliense* contributed to the crystallized social representations of prostitution associated with danger and the police associated with security.

Keywords: Prostitution. Police. Media. Prostitute. Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CB	Correio Braziliense
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
GENPOSS	Gênero, Política Social e Serviços Sociais
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Lista de notícias por Cadernos do Jornal <i>Correio Braziliense</i>	48
------------------	---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A PROSTITUIÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO UMA CATEGORIA DE DISPUTAS: UM DEBATE CONCEITUAL ACERCA DE SEUS SUJEITOS	17
1.1 VISÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO: CIDADÃS DE DIREITOS, VÍTIMAS OU CRIMINOSAS?.....	18
1.2 O ESTADO NO CONTROLE SOCIAL: A VIOLÊNCIA INTRÍNSECA EM SUAS RELAÇÕES COM A PROSTITUIÇÃO	27
2 A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO.....	31
2.1 O LUGAR DA MÍDIA NO FORTALECIMENTO DO DISCURSO MORAL	32
2.2 A RELAÇÃO PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA AOS OLHARES DA MÍDIA.....	40
3 A RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO <i>CORREIO BRAZILIENSE</i>	45
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA – O JORNAL <i>CORREIO BRAZILIENSE</i> ...	45
3.2 ANÁLISE DE DADOS DA RELAÇÃO “PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA”	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A	60
APÊNDICE B.....	69

INTRODUÇÃO

A mídia é considerada um dispositivo de poder que, ao se inserir na sociedade contemporânea, reproduz e recria um espaço conflituoso de representações políticas, sociais e culturais. Ao traduzir e descrever os sujeitos, essas representações remetem que as coisas comuniquem algum significado, permitindo surgir relações complexas postas pela sociedade (SALES; RUIZ, 2009). Como iremos ver, a abordagem do liame entre prostituição e a polícia exemplifica essas relações divergentes.

A prostituição¹ é um fenômeno complexo e suas interpretações contêm um histórico de concepções morais, uma vez que a prostituição enseja uma alternativa para a sexualidade feminina, rompendo com os modelos e padrões impostos pela sociedade patriarcal e machista. A atividade é, assim, objeto de intensas disputas políticas, que por sua vez demanda ação estatal, frequentemente, com forte característica de controle social (RODRIGUES, 2003).

Ademais, a prostituição é caracterizada no senso comum como uma atividade que coloca a sociedade em “perigo” e, por isso, necessita de intensa vigilância. Essa perspectiva faz com que a administração dos conflitos surgidos no campo da prostituição seja realizada cotidianamente pela polícia. O caráter controlador da ação policial junto à prostituição, muitas vezes, se traduz em ações discriminatórias e violentas contra as prostitutas (RODRIGUES, 2003).

A mídia, com caráter sensacionalista, investe nas problemáticas destas relações para ocupar atenção dos públicos, onde falar sobre prostituição e polícia reproduz as construções cristalizadas no histórico de suas trajetórias (BELELI; OLIVAR, 2011). A polícia aparece, constantemente, como um órgão que atua no cumprimento da lei e na segurança pública (PORTO, 2009), enquanto a prostituição é mostrada em repetitivas versões negativas que a associam ao crime, fazendo com que parte das mulheres inseridas na atividade sejam intituladas como criminosas, vítimas ou vagabundas (LENZ; ANDRADE; AQUINO, 2015).

Segundo Sales et al. (2009), o Serviço Social tem a finalidade de romper com o conservadorismo que justifica desigualdades sociais e pensamentos discriminatórios, observados constantemente em dispositivos midiáticos. Assim, examinar a ação das mídias é

¹ A prostituição é uma atividade que pode ser exercida independente da classe, raça, sexo ou gênero. O recorte trazido no estudo é para as prostitutas do gênero feminino.

relevante, haja vista que os veículos de comunicação são “majoritariamente produzidos por grandes empresas e indústrias privadas, que visam muito mais aos interesses de mercado que aos interesses públicos” (Idem, p. 356).

No Brasil, a prostituição, diante deste cenário conservador, é um fenômeno que a partir do final da década de 80 organiza movimentos na luta pela ampliação dos direitos sociais, consolidação da cidadania e contra violências e estigmas exacerbados, inclusive pelo setor da polícia (RODRIGUES, 2009). O posicionamento ético-político do Serviço Social, expresso em seu código de ética, requer que nos atentemos para esses processos. Destaca-se aqui, em particular, o VI princípio fundamental do Código de Ética do Assistente Social, de 1993, que aponta o compromisso com a “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 1993, p. 23).

A mídia é um campo de ambiguidades e disputas políticas estratégicas nas relações da prostituição e da polícia, de modo que disponibilizar conhecimento/informação é uma de suas táticas de poder e controle social. Assim, a mídia, para o Serviço Social, é um objeto de questionamento. Neste sentido:

Visão de democracia, com justiça e dignidade, opõe-se, portanto, a toda forma de dogmatismo e poder vertical, à maneira do patriarcado, bem como prima pela diversidade cultural. Recusamos todas as situações de negação da humanidade, em que (...) possam valer como espetáculo (...). Para tanto, é necessária a ressignificação das palavras e a reapropriação da linguagem numa perspectiva emancipatória (...) e compromisso para com uma comunicação objetiva, oportuna e suficiente. (SALES et al., 2009, p 28/29).

Com bases nessas questões, a intenção desta pesquisa foi analisar a relação da “prostituição e polícia” a partir de um dos maiores veículos de comunicação do Distrito Federal e Entorno, a saber, o jornal *Correio Braziliense*, que integra a importante cadeia de jornais brasileiros dos *Diários Associados*.

A escolha do tema se deu a partir da entrada no grupo de pesquisa Gênero, Política Social e Serviços Sociais² (GENPOSS) e da participação em reuniões de pesquisa, realizadas na Universidade de Brasília (UnB). Assim, participando dos debates sobre prostituição, em especial, sua relação com um ator tão presente no seu cotidiano, qual seja, a polícia, o tema provocou curiosidade e interesse em desenvolver o presente estudo.

² O Laboratório GENPOSS tem como objetivo desenvolver projetos de pesquisa e ensino articulados à extensão, em torno das temáticas sobre gênero, diversidade, direitos humanos e violência, tendo em vista o desenvolvimento de políticas sociais. Coordenados pela professora D^a Marlene Teixeira Rodrigues.

Vendo as relações complexas e o papel contributivo da mídia nas representações sociais dos indivíduos, propõe-se a pergunta desta pesquisa: Como a mídia retrata a relação da prostituição e da polícia e, em particular, como isto se materializa em um dos principais veículos jornalísticos do Distrito Federal, o *Correio Braziliense*?

O objetivo geral foi observar como um dos veículos jornalísticos mais influentes do Distrito Federal e Entorno abordou a relação entre prostituição e polícia nos anos de 2014 e 2015. Dispõe-se, ainda, os objetivos específicos: abordar os impactos das visões/interpretações sociais no campo da prostituição; apresentar as relações entre prostituição e polícia; descrever a importância da mídia na disputa de construção de significados sobre os termos; e analisar se as publicações selecionadas pelo jornal partem de representações sociais sobre os fenômenos. Partimos pelas hipóteses do presente estudo:

- a) o *Correio Braziliense*, enquanto um dispositivo da mídia, coloca a prostituição associada a crimes como tráfico de pessoas, exploração sexual e drogas, tendo em conta a importância do evento Copa do Mundo para o país;
- b) a imprensa dá ênfase nos discursos morais ao envolver a polícia, colocando-a em eixo com violência, criminalidade e droga;
- c) a mídia dá relevância a informações policiais e inviabiliza as falas das prostitutas.

Para abordar essas questões, o percurso metodológico se iniciou na busca por notícias que contivessem o termo “prostituição e polícia” através do site do *Correio Braziliense*. O propósito foi observar e descrever como o jornal divulgava suas notícias com as palavras-chaves no ano atual e posterior à Copa do Mundo no Brasil.

Diante dessas questões, foi utilizada a análise de conteúdo para “esclarecimentos, informações sobre uma situação, um fenômeno, um acontecimento” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p 132), já que um dado é “elemento ou quantidade conhecida que serve de base à resolução de um problema” (Ibidem).

A pesquisa documental foi realizada através de análise quantitativa e qualitativa. De acordo com Gil (2002, p 90), a análise quantitativa permite “referenciar as unidades lexicais nos textos e enumerar automaticamente suas ocorrências (...) possível descrever com precisão fenômenos tais como atitudes, valores, representações e ideologias”. Já a análise qualitativa, “depende muito dos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação” (Ibidem).

Conforme Gil (1999), o método é um caminho composto por etapas a serem investigadas e vencidas, então, foi através da perspectiva do método dialético e dedutivo que se

guiou este estudo. O dialético, diante a historicidade dos fatos postos na realidade material, funciona independentemente da existência do sujeito e gera contradições postas nas relações sociais, como iremos ver, nas relações complexas da prostituição e polícia. O dedutivo, por sua vez, dado o papel da mídia, parte dos princípios postos de questões particulares até chegar em conclusões generalizadas.

O desenvolvimento do trabalho foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo - A Prostituição contemporânea como uma categoria de disputas: um debate conceitual acerca de seus sujeitos - trouxe visões sociais decorrentes do significado da prostituição. Essas discussões incluem várias contradições entre os sujeitos envolvidos com a atividade. Também, a intervenção da polícia como um ator bastante presente no cotidiano das prostitutas, sendo um dispositivo do Estado no controle da prostituição. Tomou-se como bases referenciais Rodrigues (2003, 2009, 2010), Silva (2016), Guimarães (2007), Piscitelli (2005, 2013), Goffman (1982), Cararo (2013), Lima (2011) e Rubin (2012).

A partir dessas questões, promovemos o debate da mídia como um dispositivo atuante neste cenário, posto no segundo capítulo - A importância da mídia na construção de significados sobre a prostituição -, que discuti sobre o poder da mídia ao trazer uma versão da realidade através de suas divulgações, em que essas ações nutrem as representações sociais inseridas nos campos da prostituição e polícia. Com bases referenciais em Porto (2002, 2009), Beato et al. (2007), Beleli e Olivar (2011), Sales et al (2009), Davida (2005), Ham (2011), Blanchette, Murray e Rivolo (2014) e Lenz (2012).

Por fim, no terceiro capítulo - A análise via portal virtual de notícias do *Correio Braziliense* sobre a interação da polícia no campo da prostituição - apresentamos a análise dos dados coletados do *Correio Braziliense*. Foram analisadas notícias, através do buscador disponibilizado pelo portal online, nas quais continham no texto a presença das palavras-chaves “prostituição e polícia”. Dessa maneira, procuramos identificar e descrever o discurso que o jornal adota nas relações dos termos dentro do período da pesquisa.

1 A PROSTITUIÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO UMA CATEGORIA DE DISPUTAS: UM DEBATE CONCEITUAL ACERCA DE SEUS SUJEITOS

*“As damas do cabaré, as mulheres da vida,
As rainhas da noite, as que se chamam rua,
Aparecem na literatura acadêmica que falam sobre elas,
Ora como mulheres de vida fácil,
Aqueles que se afastam do trabalho digno e do lar.
Ora como vítimas, aquelas que foram empurradas
para o submundo do meretrício.
Mas essa história está sendo reescrita
Através das reflexões coletivas destas mulheres
sobre seu próprio trabalho.
Organizadas,
descrevem como produto que comercializam
algo que transcende o que historicamente
se convencionou a ser venda de corpos,
elas afirmam que vendem fantasias”*

(Tatiene Michele Melo de Lima, 2011, p 54)

A prostituição alcançou destaque, na modernidade, concomitantemente à expansão do capitalismo e da urbanização, dentro do debate sobre as cidades e a necessidade de manter as mulheres à salvo dos “perigos do progresso” (RODRIGUES, 2003). É um “fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca e (...) um sistema de codificações morais” (RAGO, 1991 apud GUIMARÃES, 2007, p 33).

Nas últimas décadas, a prostituição voltou a merecer atenção, tanto no Brasil, quanto no mundo como um todo, suscitando reflexões e envolvimento de diferentes sujeitos. A maior visibilidade da prostituição na sociedade decorreu da construção de perspectivas discrepantes e significativas na história das mulheres inseridas na atividade.

O presente capítulo pretende abordar os entendimentos em torno desses significados sociais, destacando as divergências e contradições existentes nas vertentes que conformam o debate atual sobre a prostituição. Propõe-se apresentar este debate sobre a prostituição, tendo como referência as reflexões desenvolvidas por Rodrigues (2003, 2009, 2010), Silva (2016),

Guimarães (2007), Piscitelli (2005, 2011), Goffman (1982), Cararo (2013), Lima (2011) e Rubin (2012).

1.1 VISÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO: CIDADÃS DE DIREITOS, VÍTIMAS OU CRIMINOSAS?

A prostituição é um fenômeno histórico complexo, que passou e ainda passa por constantes transformações. Requer, por isso, estarmos atentos a essas mudanças e aos vários discursos que permeiam o campo.

Guimarães (2007) aponta relatos bíblicos e mitológicos que, no período neolítico (6500 a.C), a mulher ocupava lugar de destaque por sua fecundidade e quando inseridas no campo da prostituição. Os homens não se sentiam superiores e nem as oprimiam por tais fatores. A prostituição sagrada surgiu dentro do sistema religioso matriarcal, em que não separavam a sexualidade da espiritualidade. Nas festas de caráter religioso, existiam os encontros sexuais entre homens e mulheres, nos quais as mulheres eram consideradas deusas da fertilidade e vistas por perpetuar a espécie, sendo chamadas de prostitutas sagradas e mapeadas como mulheres diferentes e importantes. A autora destaca que, nos dias atuais, em contraposição, a imagem das mulheres que se inserem na atividade é intensamente marcada pelo estigma e deve ser controlada de todas as formas possíveis.

Historicamente, constata-se que os sujeitos sociais têm a necessidade de avaliar e trazer significados a todos. Até porque o sistema capitalista se alimenta das necessidades de categorizar as coisas, no qual fugir do padrão normativo considerado natural pelo senso comum reforça o estigma e inaceitação social do visto como desviante (GOFFMAN, 1982).

A prostituição, assim, construiu-se socialmente como uma conduta desviante por demasiados sujeitos sociais e sob as mais diversificadas versões. As trabalhadoras sexuais são rotuladas como pessoas abjetas, que violam as expectativas do senso comum reservadas aos cidadãos exemplares, em que “a imposição desse rótulo implica a imposição também de uma série de características adjacentes, como inferioridade moral, periculosidade e sujeira” (SILVA, 2016, p. 44).

Com o acontecimento da II Guerra Mundial no século XX e a partida dos homens em destino aos campos de batalha, sucedeu o aumento das mulheres no mercado de trabalho. Este acontecimento implicou:

As prostitutas a serem alçadas à condição de bodes expiatórios da terrível realidade que a nova situação parecia apontar. O “pânico moral” que atacou as autoridades resultou na retomada de medidas tradicionais voltadas à repressão sexual, particularmente com relação às prostitutas (RODRIGUES, 2003, p 73).

De acordo a autora, diante deste cenário, coube principalmente à polícia e aos funcionários da saúde a implementação de medidas coercitivas contra as prostitutas. Essas ações da polícia em território nacional não se distinguiam das adotadas nos países europeus, que resolviam as questões em demanda do Estado, através de intervenções repressivas com essas mulheres (RODRIGUES, 2003). Ademais:

Afora a utilização da legislação para expulsar as prostitutas de locais públicos, perseguir seus namorados, companheiros e maridos e até mesmos os locatários de suas residências, frequentemente a polícia interpretou livremente as leis para acusar de exploração as mulheres que dividiam apartamentos acusando-as de favorecer a prostituição uma da outra (RODRIGUES, 2003, p 74).

Concomitantemente a essa perseguição, as prostitutas são associadas à ideia de contaminação, tanto física quanto social, isto é, como transmissoras de doenças e um perigo para a sociedade (SILVA, 2016; RODRIGUES, 2003). O aumento da presença das prostitutas nos espaços públicos levou a uma série de conflitos, o que resultou não apenas no controle da polícia e da medicina, como também em maior destaque aos discursos da sociedade. Na metade do século XX, por meio de uma abordagem higienista, o campo da saúde adotou medidas para proteção sexual em intervenções no campo da prostituição, diante do temor das prostitutas serem associadas a fonte de contágio de doenças sexualmente transmissíveis (RODRIGUES, 2003).

Conforme a mesma autora, o Estado adotou maneiras de solucionar o crescimento da atividade, que referendam a repressão à prostituição considerada abusiva e criminaliza as atividades correlatas a elas. Nesse sentido:

Da parte dos médicos, o empenho em combater a sífilis desencadeou uma ofensiva com vistas a erradicar o problema da prostituição, uma vez que entendiam que a disseminação da doença estava associada ao crescimento da prostituição. Algumas autoridades sanitárias dedicaram-se então a conhecer minuciosamente as práticas sexuais das prostitutas, consideradas como as principais responsáveis pelo aumento do número de infectados pela doença (...) Preocupados com a disseminação da sífilis, capitanearam a formulação de propostas a educação moral e física da população (ENGEL, 1990 apud RODRIGUES, 2003).

Vendo esse contexto, “a prostituição seria um mal necessário à existência da própria sociedade patriarcal, da dominação do masculino sobre o feminino, em nível físico, intelectual e cultural, que leva a ideia da submissão da sexualidade feminina e masculina” (SILVA, 2016, p 47). Ou seja, a concepção de “venda do corpo” está vigorosamente interligada às construções da “moralidade, proibição e ilicitude e principalmente com a ideia de corpo feminino” (SILVA, 2016).

A denominação “mal necessário” é repleta de ambiguidades, visto que, ao mesmo tempo em que o exercício é tolerado e controlado pelo Estado e seus segmentos, também é incentivado em muitos espaços aos vínculos que o configuram a satisfação de desejos e fantasias. Significa que “aceitam” a atividade, porém regulam todas as formas de seu exercício (RODRIGUES, 2003).

Segundo Cararo (2013), a Igreja tem grande influência nessas concepções moralistas por ser uma das principais entidades que institui papéis sociais aos indivíduos. Principalmente a figura da mulher, vista como “mãe e a devota do lar, ao marido e aos filhos (...) O sexo, por exemplo, entendia-se como elemento exclusivo a serviço da procriação e não como prática prazerosa” (CARARO, 2013, p. 178).

Assim, a sociedade estipula um duplo significado nesse modelo. As mulheres “boas” seriam as mães, enquanto as mulheres “más” seriam as prostitutas, por ferirem os princípios morais da Igreja, que visualiza o sexo como algo divino e sagrado (RODRIGUES, 2003). Moreira e Monteiro (2012, p. 3) destacam a “imagem depreciativa da prostituta na qual ela perde o referencial de mulher, mãe, filha, cidadã favorecendo, assim, práticas discriminatórias no seu cotidiano”.

Ademais, a mulher ser prostituta não apaga, mas, sim, intensifica o quadro de violências históricas construídas socialmente. Nas palavras das autoras:

Para a sociedade, a atividade que ela exerce é ilícita e moralmente reprovável, expondo-a a violência ainda maior (...) Nesse segmento social, a violência parte dos clientes, da polícia e da própria sociedade, que visualizam essas mulheres como uma ameaça à família nuclear e, dessa forma, praticam a violência sobre o grupo, deixando marcas invisíveis (...) haja vista que esse grupo é cotidianamente alvo de preconceito, estigma e discriminação por toda parte (MOREIRA; MONTEIRO, 2012, p. 6).

O processo de estigmatização se revela nas atitudes sociais que desqualificam e assemelham essas mulheres a algo “sujo/podre”, em vista da atividade de mercantilizar o ato sexual. É comum ver a associação da prostituta com algo relacionado a sujeira, principalmente a prostituição de rua. A ligação da sujeira à prostituição é trazida pela narrativa higienista, ao

associá-la com a propagação de doenças, inclusive sexuais (SILVA, 2016). Dessa forma, a depravação de alguns territórios é mais intensa e repressiva, visto que existe um deterioramento moralista ao redor dos espaços inferiorizados, em que “as prostitutas de rua não são o único grupo social que é empurrado para a margem desses espaços degradados. Os moradores de rua e os usuários de drogas baratas, como o crack, encontram-se na mesma situação” (Ibidem, p. 144).

As trabalhadoras sexuais também são estereotipadas com expressões que intensificam as desigualdades e discriminações, como as denominações de “vida fácil”, “putas” e “vagabundas”. Insta observar que a associação da atividade com estes termos entra em contradição com o discurso reproduzido na sociedade ocidental de “que a recompensa econômica deve decorrer do trabalho duro” (Ibidem, p. 179).

Um estudo recente do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília - UnB (coordenado pela Prof^a Dra Valeska Zanello) mostrou que o xingamento mais utilizado contra as mulheres é “puta” e para os homens é “viado” (COSTA, 2015), o que “confirma a representação social de menos valia ligada à atividade de prostituição em relação às mulheres” (SILVA, 2016).

Vemos o fator fortemente destacado na modernidade, onde a prostituição é marcada por estigmas associados a questões no campo da sexualidade e da moral sexual. As concepções sobre a prostituição têm sido influenciadas atualmente pelos campos da moralidade, da religião, da medicina e do direito (SILVA, 2016).

Quanto ao destaque contemporâneo associado ao campo da moral sexual, a sexualidade é um termo relativamente moderno. Conforme Piscitelli (2005), o mercado do sexo atual é uma das principais procuras do contexto comercial. É uma indústria que vem se expandindo no Brasil, oferecendo não só a prostituição como oferta, mas, também, elementos das distintas demandas de desejos requeridas pelos indivíduos que procuram serviços sexuais. São exemplos desta indústria: bordéis, bares, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo.

Em um contexto histórico sobre o debate da sexualidade, lembra Guimarães (2007) que se deu a partir do século XIX o auge da necessidade de pensar e entender melhor sobre o ato sexual. A autora, considerando Foucault, afirmou a necessidade de abrir diálogos sobre sexo na produção da sociedade ocidental, em busca de desobscurecer a visão dos indivíduos sobre o tema sexualidade e promover as verdades em volta dos desejos sexuais.

Cararo (2013) descreve que a sociedade, até então, ainda concebe o retrato obscuro e restritivo sobre sexo. A autora retrata Foucault para abordar que, no debate da sexualidade, as pessoas valorizam o segredo e silêncio, tendo em vista que os indivíduos se fecham nos diálogos sobre sexo. Isto é consequência da ideia, reproduzida socialmente pela Igreja, do sexo como um tabu, resultado demarcado pelos conceitos do patriarcado que recaem principalmente sobre as mulheres.

As instituições Estado e Igreja perpetuam esses valores moralizantes. O sexo foi naturalizado por elementos morais, a exemplo de ser necessário para procriação. Ao quebrar essa regra, a prostituta se mostra como um perigo³ para a sociedade. Rodrigues (2003) descreve que o ocultamento e as restrições nos discursos sobre relações sexuais na sociedade, vistas como práticas ilícitas, proporcionam o sentimento de vergonha e isolamento ao tratar dos corpos.

Segundo Rubin (2012), a sexualidade tem um estatuto próprio, assim como o gênero, é um elemento que pertence à esfera política. Ao ser controlada pelo sistema capitalista, “recompensa e encoraja indivíduos e atividades, enquanto pune e reprime outros” (Ibidem, p. 39). Dessa forma, a sexualidade no sistema ocidental se organiza com conteúdo hierárquico, punitivo e controlador. Isso representa os tabus no senso comum, que avalia:

Atos sexuais de acordo com o sistema hierárquico de valor sexual. Casais heteronormativos estão sozinhos na pirâmide erótica superior. (...) as castas mais desprezadas incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo, como prostitutas e modelos pornográficos (RUBIN, 2012, p. 11).

De acordo com a autora, a sociedade está permeada por ideias de que “a variedade erótica é perigosa, insalubre, depravada e uma ameaça para tudo, desde crianças pequenas a segurança nacional” (Ibidem, p. 13). A existência deste “estigma erótico” intensifica comportamentos discriminatórios aos indivíduos hierarquizados nos fundos da pirâmide. Assim, produz enquadramentos que orientam os indivíduos a serem não desviantes, seguindo o caminho padrão da sexualidade, a heteronormativa (Rubin, 2012).

A influência das tradições religiosas no tema da sexualidade observa, mesmo nos dias atuais, a classificação dos sujeitos de que o sexo que viola essas regras é ‘ruim’, ‘anormal’ ou ‘não natural’. (Ibidem, p. 13). Essa perspectiva, aponta Gayle, se reflete na prostituição e tem efeitos para as mulheres que nela ingressam:

³ Como se verá adiante, esses significados têm grande contribuição da mídia e seus produtos ao associar a prostituição e exploração sexual (crianças e adolescentes), com o tráfico e o turismo sexual. (BELELI; OLIVAR, 2011).

Uma população sexual criminosa estigmatizada com base na atividade sexual (...) As prostitutas e os homossexuais (...) são as principais vítimas da violência policial em todos os lugares (...) A perseguição legal de ambas as populações é justificada por uma elaborada ideologia que os classifica como indesejáveis, perigosos e inferiores” (Ibidem, pp. 17-18).

Destaca-se que a prostituição é um fenômeno que envolve várias abordagens e posicionamentos complexos, também no âmbito das estudiosas do campo feminista. Ao mesmo tempo em que algumas se posicionam na defesa dos direitos das prostitutas e veem a atividade “como uma das mais subversivas práticas sexuais dentro da ordem social sexista” (CHAPKINS, 1997 apud RODRIGUES, 2010, p. 8), outras a criticam abertamente.

Nesse sentido, há uma “guerra de posições” dentro dos debates feministas relacionados a prostituição. As disputas e parcerias começaram a partir da década de 1970 nos Estados Unidos da América e Holanda. Já no caso do Brasil, essas vertentes se intensificam no final da década de 80, onde prostitutas reivindicavam o reconhecimento da prostituição enquanto “um trabalho de caráter comercial, que inclui um comprador, um vendedor, e uma mercadoria a preço contratado” (Ibidem).

Nas palavras de Rodrigues (2003):

A partir da década de 1970, do termo “*trabalhadores do sexo*” ou “*profissionais do sexo*” para se referir àqueles que exercem a prostituição ou se dedicam ao “comércio do sexo”. Mais que a simples adoção de um novo termo para se referir à mesma coisa, o processo por meio do qual se deu a proposição dessa nova terminologia, remete as alterações ocorridas em termos dos sujeitos que passaram a se posicionar sobre a questão e à nova percepção que se pretende construir acerca da mesma. Ou seja, remete-se sobretudo ao surgimento dos movimentos sociais de defesa dos direitos desse segmento e da proposição de re-significação da prostituição, ou, melhor dizendo, do “*trabalho sexual*” como “*um trabalho como outro qualquer*” (RODRIGUES, 2003, p. 11).

Os movimentos das trabalhadoras sexuais ganham força em 1987, pelas circunstâncias das intervenções repressivas do setor policial ao lidarem com o campo da prostituição. Considerando a instituição policial como órgão executor a intervir no controle da atividade, as ações policiais sustentam as visões conservadoras da prostituta rotulada como criminosa ou vítima. Dessa forma, a polícia incorpora as representações sociais engessadas no campo da prostituição, resultado das suas relações complexas.

As leituras feministas também são repletas de visões contraditórias sobre a categoria sexualidade e, principalmente, quanto ao debate da prostituição. Piscitelli (2013, p 35), identifica modelos legais referentes ao fenômeno:

- a) Proibicionista: Modelo mais repressivo, penaliza todas as atividades e sujeitos envolvidos no universo da prostituição, nele as prostitutas são consideradas como “delinquentes”;
- b) Abolicionista: Prostituição é vista como uma forma de exploração sexual e/ou vinculada ao tráfico de pessoas, a prostituta é reconhecida como vítima;
- c) Regulamentarista: Modelo no qual o Estado controla a prostituição, em que é regulamentada por regras para garantir ordem, sujeita a pagamento de impostos. Apesar da atividade ser aceita, é visualizada como uma ameaça à saúde e ordem pública;
- d) Trabalhista/Laboral/Despenalização: Pela o campo da prostituição ser rodeada de leis penais, nesse modelo há a reivindicação de prostitutas e feministas a favor da atividade. Reivindicam por direitos laborais e melhores condições de trabalho no campo, como também, a despenalização de diversos aspectos vinculados ao exercício da prostituição (como das casas de prostituição).

Aos olhares das feministas abolicionistas, a prostituição é “uma das formas mais extremas da dominação masculina, intensificando o poder que os homens acham que tem sobre as mulheres por estarem na situação de compradores, sistematizando a mulher como submissa sexual” (SILVA, 2016, p. 160). Entendem que as mulheres escolhem a prostituição pelas circunstâncias de necessidades econômicas e/ou existência de problemas psicológicos, desvalorizando a possibilidade de elas optarem pela atividade por livre e espontânea vontade. Uma outra perspectiva que parte da preocupação das abolicionistas é pelas relações da indústria do sexo em suporte de dominação masculina, trazendo-se a visão que as prostitutas inseridas nesse meio “servem como ‘um objeto sexual’, um ser passivo e carente de poder em razão” (CHAPKINS, 1997 apud PISCITELLI, 2013, p. 37).

As defensoras da prostituição, antagônicas, afirmam que “longe de reforçar a dominação masculina, a prostituição possui um aspecto de rebeldia e enfrentamento do poder patriarcal, com a sua visão normativa de como a mulher deve agir e falar” (SILVA, 2016, p. 162). Sustentam também que:

O processo de alienação não se restringe ao trabalho sexual, já que, de acordo com Marx, a alienação é uma dinâmica fundamental em todo trabalho produtivo no marco do capitalismo. Elas argumentam que o processo de separação das emoções (que, longe de serem inatas, são socialmente produzidas) não é uma característica exclusiva do trabalho sexual (PISCITELLI, 2013, p 39).

A feminista Gabriela Leite⁴ foi ícone na luta pelos direitos das prostitutas no Brasil. Enquanto prostituta e ativista brasileira, esteve como uma das principais personagens que lutou pelos direitos sociais e sexuais das trabalhadoras sexuais. Afirma:

Ex-prostituta eu não sou e nunca vou ser. Como um arquiteto nunca deixa de ser arquiteto, um médico nunca deixa de ser médico, mesmo trabalhando em outra atividade sempre vou ser prostituta (...) Meu namorado às vezes diz que eu penso como puta. E tem razão. Minha cultura é de prostituta” (LEITE, 1992, p. 19).

Vale acrescentar que, no ano de 2002, o jornal *Beijo da Rua*, formado pela organização Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde divulgou um texto de Gabriela Leite, nomeado: “Sem vergonha de ser Puta”. Em depoimento, a ativista afirmou que não tinha vergonha de assumir a atividade, procurando sempre desconstruir o estigma marginalizado da palavra “puta” (OLIVAR, 2010). Ressalta-se um parágrafo deste texto:

Putas, que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. [...] Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuarmos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito em relação ao que fazemos continuará forte” (LEITE, 2002 apud OLIVAR, 2010, p. 11).

Lourdes Barreto, ativista feminista e prostituta, foi uma das principais participantes do I Encontro das Prostitutas em 1987 no Brasil, junto a Gabriela Leite deu início às organizações em defesa das prostitutas. Lourdes afirma, em uma entrevista ao Portal Catarinas⁵: “Somos um movimento social, revolucionário, dinâmico, que tem suas complicações, mas tem um grande valor, principalmente pela autodeterminação. Somos mulheres com papéis sociais” (GUIMARÃES, P., 2016).

No Brasil, a partir da década de 90, os movimentos sociais das prostitutas alcançaram um cenário de transformações na trajetória da prostituição e nos diferentes espaços públicos em

⁴ Além de ter promovido os primeiros encontros nacionais, incentivou o movimento na luta contra a HIV/Aids e também ingressou em movimentos internacionais. Em 1990, fundou a ONG Davida, criando a grife de moda Daspu, que foi uma grande investida para atrair o público e mídia internacional. Escritora e autora dos grandes sucessos como o livro “Filha, mãe, avó e puta”. Bem como, foi candidata a deputada federal pelo Partido Verde em 2010. Disponível em <http://www.umbeijoparagabriela.com/?page_id=293>. Acesso 08 de setembro de 2017.

⁵ O Portal de Notícias Catarinas é um veículo de jornalismo especializado em gênero. A proposta de trabalho consiste em desenvolver conteúdo jornalístico de qualidade, com perspectiva feminista, na área de direitos humanos e enfoque no direito das mulheres. Retratam sobre gênero, termo equidade, pois em uma sociedade patriarcal, para que se estabeleça a igualdade entre homens e mulheres, é necessário construir condições sociais de forma que tais diferenças não se tornem desigualdades.

que ela circula. Tratada como uma questão de política pública, trouxe outros setores da sociedade para a discussão de propostas ao campo da prostituição, como “o reconhecimento de direitos e da identidade das pessoas envolvidas” (RODRIGUES, 2009, p. 3).

Essas iniciativas possibilitaram nascer outros olhares, possibilitando o crescimento da atividade. Gerou-se um maior protagonismo das trabalhadoras sexuais, que lutam por direitos e, por consequência, provocam bastante repercussão em todo o território nacional e internacional. A exemplo desse crescimento, podemos ver a criação de projetos de lei por deputados em prol do campo da prostituição:

- a) O Projeto de Lei nº 98/2003, assinado pelo deputado Fernando Gabeira (PV - RJ), considerou a prostituição como uma atividade ocupacional inserida na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (Câmara dos Deputados, 2003);
- b) O Projeto de Lei nº 4211/2012, assinado pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), resgata a PL de 2003 com o propósito de reduzir os riscos em torno da atividade e, conjuntamente, de desmarginalizá-la (bem como tirar a ilegalidade das casas de prostituição. Porém, o projeto permanece arquivado (Câmara dos Deputados, 2012).

No Brasil, a prostituição é permitida legalmente, mas para inserir-se na atividade o indivíduo deve ser obrigatoriamente maior de 18 anos. Seu exercício deve ser voluntário e executado com indeterminado número de parceiros, por intermédio de pagamento em valores monetários e/ou outros bens (SILVA, 2016). Segundo Silva (2016, p. 10), “ainda em nível legal, a atividade de prostituição em si não é proibida, a qualquer título, pelo ordenamento jurídico brasileiro, muito menos considerada como crime”.

Porém, a prostituição não é reconhecida como profissão, mas, sim, como uma atividade ocupacional de prestação de serviços inserida na Classificação Brasileira de Ocupações⁶- CBO (RODRIGUES, 2009). Destarte:

A discussão e aprovação (...) da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO se deu no início dos anos 2000, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e envolveu diferentes setores da sociedade que atuam na defesa dos interesses e direitos das prostitutas para discutir a inclusão da atividade na CBO (...) As ocupações do mercado brasileiro de que tratam a CBO foram organizadas na norma aprovada em 2002, em conjuntos mais amplos (Ibidem, p. 3).

⁶ A CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) trata do reconhecimento da existência de ocupações no mercado de trabalho brasileiro e é publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). [<http://www.ocupacoes.com.br/>]. O Ministério do Trabalho incluiu as “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), ao lado de centenas de outras categorias. Como política pública que é, esta sim, abrange ainda a Previdência, ao garantir que profissionais do sexo, de qualquer gênero, registrem-se como autônomos e requerem aposentadoria como tal (LENZ, 2012, p. 26).

Apesar do acontecimento ter sido um grande avanço na esfera judicial e política, atualmente, existe grande resistência e conflitos por dispositivos como a polícia, a saúde e esfera política no campo da prostituição (Ibidem, 2009). Embora a atividade não seja crime, tudo em sua volta implica na marginalização, uma vez que a consideram “um desvio social e no imaginário social, a prostituição atrairia para seu redor, crimes oportunistas como tráfico de drogas, lesões corporais, furtos, fatores que justificam uma presença maior do Estado, consubstanciada na figura do policial” (SILVA, 2016, p. 142).

A partir desta conjuntura, sinaliza-se, no próximo item, um olhar mais aprofundado de como o Estado configura seus dispositivos no controle social com a prostituição.

1.2 O ESTADO NO CONTROLE SOCIAL: A VIOLÊNCIA INTRÍNSECA EM SUAS RELAÇÕES COM A PROSTITUIÇÃO

Como vimos, a realidade sobre a prostituição envolve uma série de dicotomias carregadas por um histórico de preconceitos e violências para as mulheres que se inserem na atividade. Dessa forma, para a sociedade, o campo da prostituição corrompe os ideais morais, onde a mulher prostituta é considerada um perigo para “a feminilidade ‘desejável e adequada’, são por isso excluídas e marginalizadas (...) continuam a ser, frequentemente criminalizadas. É em virtude dessas circunstâncias que muitas mulheres optam por levar uma vida dupla” (RODRIGUES, 2003, p. 115).

O Estado demanda as instituições do sistema criminal, exclusivamente a polícia, como o principal mecanismo na intervenção e controle da prostituição, que apesar da atividade não ser crime, é tratada como tal pelo imaginário de gênero e visão moralista sobre tal. O setor policial tem em vista:

De mediar e arbitrar os inúmeros conflitos que emergem entre os diferentes sujeitos que interagem na esfera da prostituição: prostitutas, clientes, cafetões, gigolôs, proprietários de estabelecimentos comerciais e segmentos da população que estabelecem algum tipo de contato com a atividade (RODRIGUES, 2003, p. 9).

Referindo-se ao contexto histórico dessas intervenções, Lima (2011) destaca que, em um primeiro momento, até 1935, o Estado adotava a abordagem proibicionista. Os agentes

públicos viam a prostituição como algo anormal, que provocava desordem na sociedade cristã. Dessa forma, a prostituição teria que ser fortemente arbitrada pela polícia, já que seria um perigo à harmonia da família e à figura da mulher. A partir disso, o Estado implementa o regulamentarismo, guiado por um forte controle policial e sanitário, na finalidade de fiscalização das prostitutas, já que muitas delas trabalhavam de forma clandestina.

Essas versões persistem até os dias atuais, principalmente pela força dessas vertentes carregarem medidas repressivas e controladoras com o fenômeno da prostituição. Essa esfera de vigilância e controle para “não colocar a sociedade em perigo” corroborou com a clandestinidade que ainda se encontra na atividade, onde as prostitutas, por vezes, são abordadas por práticas policiais violentas e discriminatórias (LIMA, 2011).

No que concerne à influência da perspectiva proibicionista na atualidade, vemos, a exemplo, o Projeto de Lei nº 377/2011, que tramita no Congresso e tem autoria do deputado federal João Campos (PSDB-GO). O projeto objetiva criminalizar o exercício da prostituição sob a justificativa de a atividade envolver “práticas prejudiciais à sociedade, como o crime organizado, lesões corporais, a exploração sexual de crianças e adolescentes além do tráfico de drogas” (BRASIL, 2011, p 2).

Como vimos anteriormente, no Brasil, os movimentos sociais das prostitutas começaram a se originar a partir da década de 1980, em vista a necessidade do exercício da prostituição por direitos sociais e sexuais, plena cidadania e contra violências intrínsecas do Estado. Vale ressaltar:

Nos fins da década de 1970, Gabriela Leite e outras trabalhadoras sexuais promoveram uma passeata, em São Paulo, contra os maus tratos policiais. E na década de 1980, no bojo da efervescência dos movimentos sociais e do período de redemocratização no Brasil, surgiram os primeiros encontros nacionais de Prostitutas. A Rede colaborou com vários encontros locais que culminaram com as formações das associações em vários estados (LIMA, 2011, p. 22).

Conforme Rodrigues (2003), a presença histórica e cotidiana das instituições policiais no campo da prostituição traz predominantes características das intervenções dotadas de ambiguidades. Esse alinhamento ao conservadorismo do Estado orienta as ações policiais com ter um imaginário social negativo vinculado ao exercício da atividade.

Porém, ao mesmo tempo que policiais reprimem a atividade sexual de um modo violento e discriminatório, também usufruem dos serviços sexuais prestados pelas prostitutas (RODRIGUES, 2003). Atualmente, há relatos de “violência sexual contra as prostitutas por

parte de policiais que ‘dão carteiradas’ em programa, ou seja, não pagam pelos programas feitos com as prostitutas em razão a condição de policial” (SILVA, 2016, p. 121).

Segundo Lima (2011) e Silva (2016), as características que associam a prostituição com a clandestinidade se dão devido às falhas do Estado e à ausência de uma segurança pública apropriada. O fato de a atividade não ser reconhecida como profissão, os estereótipos adotados do ideal feminino e as vertentes que abolem/criminalizam a atividade geram consequências como a decadência de leis que as ampare e, além disso, intensifica os preconceitos produzidos pelo senso comum.

Sendo consideradas como caso de polícia, acabam sendo vítimas das violências institucionais. A inserção na CBO como trabalhadoras autônomas não retira a sua invisibilidade e visão de mal necessário, cristalizada pelo próprio Estado e seus dispositivos. Nesse sentido, destaca Prada⁷, importante feminista e prostituta contemporânea, em um debate sobre o campo da prostituição:

Não é segredo pra ninguém, as prostitutas estão perdendo seus direitos fortemente. Elas estão com seus direitos ameaçados, a exemplo, o trabalho sexual faz parte da CBO desde o governo Lula, foi uma luta do movimento brasileiro de prostitutas e que de repente a gente ignora. Estamos comemorando os 30 anos do movimento, mas no mundo ele já tem 40 e poucos anos. Enfim (...) o pastor Flavinho, fala que “as mulheres não precisam ser empoderadas, mas sim, precisam de amor” (...) ele exige o retiro do trabalho sexual na CBO, mesmo sabendo que existe uma grande parcela de trabalhadoras sexuais que sustentam seus lares (...) seu motivo para pensar assim, vai além do moralismo. A grande questão é que nunca tivemos um grande número de mulheres registradas na CBO, através do número 5198-05, porém, esse direito é fundamental para nós, em especial para as que atuam nas ruas. Foi aqui que começamos a poder explicar para os policiais que temos um trabalho, porque antes, tinham práticas de recolhimento pela vadiagem e as prostitutas também eram recolhidas (...) a população apoiando essas coisas, que não são boas para nós, assim elas avançam, assim que somos controladas (PRADA, agosto de 2017).

Dessa forma, em que pese toda a luta e avanços no debate sobre a prostituição, prevalece as narrativas controladoras do Estado e seus dispositivos acerca da atividade, tão quanto o discurso moralista da sexualidade.

Conforme Silva (2016), o não reconhecimento como profissão pode ser considerado um fator que impede o acesso delas a vários direitos e garantias trabalhistas. Assim, a prostituição, neste cenário, necessitava de uma maior e devida atenção do Estado e seus órgãos

⁷ O discurso ocorreu em Florianópolis na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, através do seminário internacional “13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero” no dia 03 de agosto de 2017. A banca foi nomeada: Prostituição, criminalização e o controle do corpo feminino. Coordenado por Ana Paula Silva (UFF/INFES) e Monique Prada foi debatedora representando a CUTS (Central única de trabalhadores e trabalhadoras sexuais). Foi utilizado um gravador pessoal para a fala.

como, também, melhores políticas públicas diante das suas vulnerabilidades. De acordo com Olivar (2010, p. 27), a prostituição deveria ser “um trabalho respeitado, protegido e legitimado social e legalmente”.

Observa-se que a mídia também gera influência ao tratar sobre questões como prostituição e polícia, pois, “reforça representações sociais morais, religiosas, jurídicas, médicas sobre a prostituição” (SILVA, 2016, p 99), partimos para o próximo capítulo, que traz a versão da mídia na relação dos termos.

2 A IMPORTÂNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO

“A versão da realidade tende se tornar sinônimo de verdade absoluta, circulando amplamente e alcançando a maioria da população, que, como se sabe, só tem acesso às informações mediadas pelos grandes meios de comunicação”

(Moara Paiva Zanetti)

A mídia é um dispositivo que tem alta relevância nas discussões sobre os significados sociais e na construção de identidades. Cabe às suas competências “integrar as massas, por meio da difusão de cultura, ainda que de maneira estandardizada” (SALES, 2009, p. 38).

Silva (2016, p. 9) retrata que “não existem verdades, existem versões”. O campo midiático ajusta-se nesta citação por ser um instrumento virtual que entra em contato com a humanidade e engloba, desde informações e conhecimentos, a fantasias e ficções sobre a realidade social. Os temas disponibilizados têm grandes influências na opinião pública, pois traz diferentes versões, frutos das descobertas do meio social, criados por outro, como, por exemplo, a visão do jornalista e o depoimento de um policial (SALES, 2009).

No presente capítulo, pretende-se trazer o debate da mídia e sua importância na sociedade nas discussões do setor policial, tendo como referências Porto (2002, 2009) e Beato et al (2007). Interessa, em especial, o poder da imprensa nas influências das construções do imaginário social. A partir de Beleli e Olivar (2011) e Sales (2009), aborda-se a mídia com um dos atores relevantes em trazer interpretações, promovendo a necessidade humana na busca de que as coisas comuniquem algum significado.

Pretende-se, em sequência, o modo como a prostituição é exibida, especialmente em relação à polícia, tendo como base os estudos da associação Davida (2005)⁸, do Observatório da Prostituição (BLANCHETTE; MURRAY; RIVOLO, 2014), de Lenz (2012) e, também, as reflexões de Rubin (2012).

⁸ Nesta associação estão: Ana Paula Silva, Thaddeus Blanchette, Anna Marina Madureira de Pinho Bárbara Pinheiro e Gabriela Leite. Realizam estudos sobre a prostituição, direitos civis, saúde.

2.1 O LUGAR DA MÍDIA NO FORTALECIMENTO DO DISCURSO MORAL

Em meados do século XIX, os meios de comunicação fundam-se na sociedade industrial e se tornam grande novidade para o mundo ocidental. Os jornais e as máquinas fazem parte dos processos e começam a ser formados por organizações capitalistas distintas. Tal ação começou a contribuir com o imaginário social e representações nas relações dos indivíduos. Com objetivos de aumentar lucros, a partir do século XX, os fluxos de notícias começam entre texto, som e imagem através do cinema e da televisão. Dessa forma, transcorre um impacto cultural na sociedade moderna, conduzida por uma multiplicidade de conteúdos disponibilizados com rapidez (SALES, 2009).

O século XXI exhibe a expansão tecnológica através de várias mídias e suportes tecnológicos, observados através da TV digital, smartphones, notebooks, entre outros dispositivos portáteis. Dessa maneira, a mídia adquire caráter próprio e se torna componente da esfera pública (SALES, 2009). Em consequência dessa distribuição tecnológica mundializada, os indivíduos se tornam cada vez mais dependentes dos meios de comunicação e seus recursos.

A imprensa é conhecida como o espelho das pautas do real para a população. Faz parte dos meios de comunicação da sociedade contemporânea e auxilia no tocante e nas visões/interpretações sobre os fenômenos sociais, inclusive por divulgar informações diárias a todos os tipos de público, no interior de seus instrumentos como a televisão, os jornais e os dispositivos móveis⁹ (SALES, 2009). Nesta esfera, a mídia tem:

Adquirido um caráter progressivamente transnacional, em função da capacidade de projetar temas e polêmicas no cenário mundial com impactos políticos e sociais, locais, regionais e internacionalmente significativos. Tal impacto advém ainda do fato de que os meios de comunicação integram conglomerados econômicos nacionais e multinacionais, isto é, poderosos oligopólios (SALES, 2009, pp. 45-46).

Os meios de comunicação procuram realçar as novidades, as verdades, e caminham, eventualmente, com o sensacionalismo. Conforme Machado (2009):

Afirmando, busca possibilidades e as transforma em acontecimento. Cria os fatos dos quais se serve para manter o veículo presente, com seus poderes no discurso da atualidade. Anuncia, cria expectativas, sintetiza e julga, utilizando para isso, entre

⁹ A internet promoveu concretamente um incremento inédito seja da transmissão instantânea e horizontalizada de informações em tempo real, do que os *blogs* são o exemplo mais evidente, seja da comunicação mundial de modo geral, tendo feito despencar os lucros dos setores de *telefonia* e *serviços de correio*, o que nos obrigou ambos a redefinirem a sua função social e aparato tecnológico (SALES, 2009, p. 38).

outras formas, a nomeação dos personagens segundo seus conceitos (MACHADO, 2009, p. 136).

Segundo Sales (2009, p. 51), a mídia utiliza da “teoria de verdade que usamos para interpretar o mundo, o que implica que tudo que pode ser dito, pode ser reescrito. Toda a realidade conhecida é realidade sob descrição”. Ademais, os meios de comunicação, no âmbito da vida cotidiana, se estimulam ao “peso da tradição de preconceitos, do medo do povo, do desconhecimento, transmitidos, por vezes, a expressar diversas modalidades de dominação, opressão e exploração” (SALES, 2009, p. 42).

Porto (2009) afirma que a mídia, atualmente, é um ator social que representa crenças, valores e anseios de distintas esferas dos espaços urbanos. A imprensa nas modernas democracias executa não apenas discursos moralistas ou reducionistas, mas, também, dispõe a capacidade de intervir nas imaginações do coletivo através de seus conteúdos, podendo ser falsos ou verdadeiros.

Nesse sentido, Sales sustenta que a mídia é:

Uma arena de disputa de representações sociais quase sempre conflituosa, assimétrica, plural, estratégica e plástica. Nela desenvolvem-se estratégias de legitimação ou de desqualificação, e é também onde entram em cena o discurso normativo ou a subversão dos modelos interpretativos. Pode ser concebida como um espaço da conflitualidade (...) lida, (re)descrita e difundida como informação, divertimento e ficção (SALES, 2009, p. 46).

. Os jornais, como mercadorias do sistema capitalista, necessitam de um escritor para reunir informações e descrever notícias e um leitor para comprar e assentir suas notícias. Dessa forma, as notícias são abordagens sobre fatos sociais significativos e, inevitavelmente, anunciam parcialidade, pontos de vistas e interesses (BLANCHETTE; MURRAY; RIVOLI, 2014). É a partir da descrição de fatos que “o jornalista conta o que vê, mas o que ele vê depende do que ele pensa, de suas crenças e experiências, de sua subjetividade” (VAZ, 2009, p. 115).

A prostituição é um fenômeno que recai nos debates dos meios de comunicação, por intermédio dos discursos presentes em seu arsenal histórico, e na natureza complexa e plural de suas relações. A denúncia em volta do “tráfico de pessoas” é característica comum do crescente pânico moral sob a prostituição, no qual, a mídia tenta oferecer dados concretos, partindo de esferas críticas. Dessa maneira, pode ocorrer a divulgação de dados incompatíveis com a realidade dada em questão (DAVIDA, 2005). Assim, o pânico moral relacionado à prostituição:

Tende reunir movimentos sociais em grande escala em torno da ansiedade gerada por questões sexuais. Os movimentos gerados acabam utilizando o sexo para veicular

outras preocupações, geralmente envolvendo o medo da decadência moral ou desorganização social (DAVIDA, 2005, p. 6).

Esse evento tem relação com os tabus sobre a sexualidade e produz narrativas moralistas que incidem, continuamente, no campo da prostituição. De acordo com Rubin (2012), a mídia, ao se associar com os preconceitos populares, alimenta que os “mundos sexuais marginais” sejam expostos como perigosos. Conforme a autora, o debate da mídia contemporânea sobre o termo é mistificado, pois:

Visando metas falsas, conduzidas com paixões mal colocadas e são altamente e intensamente simbólicas (...) Durante um pânico moral, tais medos se apegam e alguma atividade ou população sexual infeliz (...) Os pânicos morais raramente aliviam qualquer problema real, porque eles são destinados a quimeras e significantes. Eles se baseiam na estrutura discursiva pré-existente que inventa as vítimas pra justificar o tratamento de “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como (...) a prostituição, a obscenidade ou o uso recreativo de drogas é racionalizada, retratando-os como ameaças à saúde e segurança, às mulheres e às crianças, à segurança nacional, à família ou à própria civilização. (RUBIN, 2012, pp. 27-28).

Blanchette, Murray e Rivolo (2014) apresentam que os pânicos focalizam atenção na sociedade, especialmente porque a mídia associa o campo da prostituição com o turismo sexual¹⁰, tráfico de pessoas e exploração sexual (de crianças e adolescentes).

No Brasil, a mídia divulga esses crimes ao redor da prostituição, por vezes, apresentando dados exagerados, falsos e conflituosos nas notícias. Diante da situação, é recorrente a presença de textos contraditórios, com condutas que complicam a circulação de divulgações epistemologicamente seguras sobre os termos. Desse modo, podem incentivar perspectivas discriminatórias que até mesmo “violem os direitos constitucionais e humanos ‘defendidos’ pelas ONGs e associações civis engajadas no combate ao tráfico” (DAVIDA, 2005, p. 3).

A Pesquisa Nacional sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial - PESTRAF, realizada em 2002, é mencionada pela organização Davida, como exemplo dessa conduta. Neste contexto, apontam que a PESTRAF:

Privilegia fontes que devem ser tratadas de maneira crítica. Nesse relatório, boa parte da contagem de rotas de tráfico de mulheres brasileiras para o exterior, assim como os relatórios de muitos dos casos de brasileiras supostamente extraditadas por via dessas rotas, é baseada em informações obtidas através da mídia e da Polícia Federal, sem analisar essas fontes (DAVIDA, 2005, p. 5).

¹⁰ O turismo sexual é um crime que não existe na jurisprudência brasileira quando está ausente de violações de exploração sexual, sedução de menores, tráfico de mulheres (DAVIDA, 2005).

Vale ressaltar que a PESTRAF é conhecida como uma pesquisa que promove movimentos de proteção aos direitos da criança e/ou adolescentes. Similarmente, se liga a algumas redes de feministas (como abolicionistas), nos processos de preocupação com o turismo sexual¹¹, tráfico de pessoas e/ou exploração sexual (de crianças e adolescentes). Juntos ampliam debates “no qual há certa inter-relação entre ONGs articuladas com movimentos feministas transnacionais e o movimento pelos direitos das crianças” (PISCITELLI, 2013, p. 97).

A PESTRAF e seus contribuintes, ao envolverem essas questões, acabam gerando uma frequência de informações repetitivas. Os agentes locais, ao não apurarem devidamente os dados e informações sobre os termos, usam da sua “reputação política, e/ou moral de ‘combatente do tráfico’ como selo de garantia dos dados veiculados” (DAVIDA, 2005, p. 6). Conforme a Organização Davida, os agentes locais da PESTRAF:

Selecionam dados entre as informações confusas, muitas conflitantes, oriundas de agências multinacionais e nacionais de grande porte e de outros universos locais (...) Os dados citados raramente são apresentados de acordo com a maneira pela qual os produtores originais descrevem. Nesse sentido, os números referentes ao tráfico apresentados como informações sólidas pelo agente local se revelam como estimativas fragmentárias e, por vezes, conflitantes comparados à fonte original (DAVIDA, 2005, p. 6).

Eventos mundiais, como a Copa do Mundo, são mira das preocupações do Estado e da sociedade, majoritariamente, com uma perspectiva similar. Segundo Blanchette, Murray e Ruvolo (2014), a Copa do Mundo é apontada pela mídia há mais de 20 anos como um dos principais cenários para a exploração sexual e tráfico de pessoas. Nesse período, o Estado procura investir fortemente na segurança e policiamento em todo o território. Mesmo diante de poucos dados verídicos, os boatos midiáticos geram influências. Os autores descrevem como o caso da Copa no Brasil de 2014 repercutiu em algumas imprensas:

Nos meses antecedentes à Copa do Mundo de 2014, a mediascape global fervilhou com previsões apocalípticas acerca da exploração sexual no Brasil que, de acordo com muitos jornalistas, políticos e ativistas, iria aumentar espetacularmente durante o Mundial. O jornal inglês, *The Guardian*, avisou seus leitores que o Brasil poderia sofrer um aumento na exploração sexual de crianças e adolescentes durante os jogos. *The Chicago Tribune* - normalmente um jornal bastante sóbrio - reportou que existia meio milhão de crianças e adolescente prostitutas no Brasil e que a exploração sexual de menores poderia explodir durante a Copa. Essa história foi republicada por dúzias

¹¹ De acordo com Beleli e Olivar (2011, p. 500) “os gringos” aparecem como os fantasmas do turismo sexual.

de outros jornais e agências de notícias mundo afora (BLANCHETTE; MURRAY; RIVOLO, 2014, p. 189).

É importante valorizar que não existem evidências concretas quanto ao crescimento do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas. As “afirmações” divulgadas pela mídia são maneiras mais sociáveis para grupos que atuam contra a prostituição promoverem suas marcações, tais como grupos anti-imigração, abolicionistas, policiais, políticos e até alguns jornalistas (HAM, 2011).

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC¹² destaca a falta de pesquisas sistematizadas em dados válidos sobre o debate do tráfico, no qual não se encontram avaliações confiáveis sobre o número fixo de mulheres traficadas ou para onde foram traficadas. Em consenso, a própria ONU afirma: “embora o tráfico exista e constitua um problema significativo, pouco se sabe a seu respeito em termos quantitativos” (DAVIDA, 2005, p 15). As repercussões sobre o tráfico criam anseios na sociedade, onde a pesquisa científica se mistura ao “empreendimento moral e as observações ponderadas são trocadas pela repetição de denúncias em nome do combate e um perigo iminente” (Ibidem, pp. 19-20).

Conforme Ham (2011), foi realizada uma pesquisa com algumas prostitutas pelo Programa de Estudos da Migração Compulsória da Universidade da África do Sul – Unisa, no qual os pesquisadores apresentaram:

Certo número de mulheres migrantes optou por se envolver no trabalho sexual como uma solução prática para enfrentar períodos de estresse econômico intensos. Embora algumas possam estar fazendo esta escolha com retulância, elas não são vítimas do tráfico. Portanto, não devem ser tratadas como tais e assim “resgatadas” ou “repatriadas”. A ideia de que migrantes trabalhadores [as] sexuais precisam ser “resgatados [as]” e “reabilitados [as]” é mais prejudicial do que útil, pois tem como objetivo ignorar a agência e os direitos daqueles [as] que praticam o comércio do sexo (HAM, 2011, p. 12).

Os membros do Programa de Estudos da Migração Compulsória da Universidade da África do Sul - Unisa possuem opiniões distintas sobre a prostituição, mas concordam que as trabalhadoras sexuais têm que ter o direito de se organizar, possuir condições seguras de trabalho e que as discriminações sofridas são uma grande violação dos direitos humanos. Também indicam a necessidade de haver um discurso maior sobre a diferença entre tráfico de pessoas e prostituição. Apontam, ainda, que as políticas antitráfico devem considerar as

¹² Criada em 1997, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC é uma das organizações da ONU diretamente responsável pela repressão do tráfico de pessoas.

preocupações e conhecimentos dos trabalhadores sexuais. Segundo Ham (2011), o debate para compreender a diferença entre os termos é importante, pois:

As pessoas também devem estar preparadas para questionar as estatísticas de tráfico frequentemente repetidas pela mídia. Mensurar o tráfico é notoriamente difícil e as estimativas apresentadas podem variar amplamente de acordo com as diferenças metodológicas e ideológicas. Na realidade, ainda não há uma quantidade suficiente de pesquisas que permitam medir com precisão quantas pessoas são traficadas no mundo e quantas destes são mulheres, homens, transexuais e/ou crianças (HAM, 2011, p. 12).

As definições sobre o tráfico são complexas devido à falta de contextualização sobre seu significado. Na maioria das vezes partem de um consenso, porém, há múltiplas definições sobre o termo (DAVIDA, 2005). O Protocolo de Palermo¹³, segundo a organização Davida (2005), é a referência mais citada por agentes que atuam contra o tráfico, no qual define tráfico como:

Recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça ou uso da força, outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração (DAVIDA, 2005, p. 20).

No Brasil, qualquer pessoa que cruze as fronteiras nacionais para trabalhar com a prostituição, pratica crime de tráfico, mesmo com consentimento do indivíduo. A mídia, consoante ao Protocolo de Palermo, torna essas diversas experiências como idênticas as das explorações. Essas experiências distorcem a apresentação de fatos reais e aponta “que a prostituição é (...) uma violação dos direitos humanos, o que permite a construção de uma análise que confunde o tráfico com turismo sexual, prostituição e crimes sexuais em geral” (DAVIDA, 2005, p. 11).

Observa-se que, para o território brasileiro enfrentar uma problemática como o tráfico de pessoas, seria necessário levar em conta a realidade dos considerados “traficados”. Neste sentido:

Os motivos que levam um indivíduo a se prostituir, imigrar ou tentar combinar ambas as atividades são complexos e multifacetados e não podem ser resumidos em conceitos, ainda porque, quase não são encontrados em notícias em moldes originais e/ou isolados na vida real (DAVIDA, 2005, p. 18).

¹³ O Protocolo de Palermo, elaborado em 2000, é um instrumento legal internacional que trata do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e crianças.

Na Copa Mundial da Alemanha em 2006, os meios de comunicação estenderam rumores que o país seria invadido por mais de 40.000 mil mulheres vítimas de tráfico e “forçadas” a se prostituírem. Em 2005, Ulrique Hauffe, coordenadora sobre *Assuntos da Mulher e Igualdade de Gênero*, declarou, em reunião com o Conselho Nacional de Segurança Interna, que a entrada de prostitutas seria um perigo para a Alemanha. É importante evidenciar que a prostituição não é crime no país, mas o anseio da coordenadora descrevia que “depois da Copa muitas delas permaneçam no país de forma ilegal” (LENZ, 2012, p. 3).

Com a declaração da coordenadora alemã - não obstante os números de prostitutas serem especulações -, o Estado e seus órgãos aumentaram as medidas repressoras aos estrangeiros circulados pelas cidades-sedes do evento esportivo de 2006. Com tal característica, houve “campanhas locais e nacionais contra prostituição, e a proposta de criminalização de clientes de prostitutas durante todo o período da Copa” (Ibidem, p. 3).

Diante deste cenário, Lenz (2012) descreve que houve a repercussão da representação “Futebol=Homens=Sexo” e “Prostituição=Coerção=Tráfico”, contendo contribuições da mídia alemã e internacional (Ibidem). Essa consequência gerou ampliações sociais que:

Iam da criminalização de clientes à ideia (não realizada) de abordar torcedores diante dos estádios pedindo que pensassem duas vezes antes de fazer sexo com prostitutas possivelmente traficadas; do maior controle nas fronteiras à ameaça de não participar da Copa para mostrar reprovação à prostituição e ao tráfico, ambas pelos suecos; culminando com uma declaração do Vaticano de que o melhor seria cortar o mal pela raiz: a proibição total da prostituição durante a Copa do Mundo de Futebol de 2006 (LENZ, 2012, p. 4).

Segundo o autor, o pânico moral inserido foi em vão, pois durante o evento esportivo as próprias prostitutas criticaram que não houve o aumento de clientes. Após a Copa, em 2007, os relatórios do Conselho da União Europeia e próprios policiais alemães também confirmaram a não ampliação do número de prostitutas nas ruas do país e que nem sucedeu casos especiais sobre tráfico de pessoas e/ou indivíduos sem documentos legais relacionados a prostituição (LENZ, 2012, p. 4).

Beleli e Olivar (2011) apresentam que a imprensa reproduz a visão conservadora da atividade como “perigo” para a sociedade. Na qual, a participação dos agentes de comunicação na difusão dessas ideias é importante para a comercialização das formas simbólicas. Em conformidade, a organização Davida (2005, p 9) expõe que essas práticas “tendem a optar pelo sensacionalismo (...) num quadro coeso e ameaçador que incentiva o público a lutar contra a maldade”.

Os sujeitos sociais, ao compartilharem essas ideias, por vezes, reproduzem as mesmas conclusões geradas pela mídia. Visto que a mídia se reflete numa questão de interesses, é importante se interrogar sobre como os fatores foram divulgados, para, assim, não fazer parte dessas especulações (PORTO, 2009). Assim, segundo a autora, a mídia ao produzir significados em forma de representações sociais, “ao mesmo tempo que apresenta e representa determinados acontecimentos, mediados por sua versão dos fatos, está silenciando outros (...) com o premeditado objetivo de distorcer ou ocultar fatos (Ibidem, p. 4).

Evidencia-se que “o emprego aleatório de expressões e palavras compromete a veracidade dos fatos, fomenta a invisibilidade das violações aos direitos humanos e eleva os riscos de se alimentar estereótipos e preconceitos” (RIBEIRO, 2014, p. 12).

Desse modo, essas perspectivas morais que mediam as trabalhadoras sexuais, dificultam:

Fundamentar políticas públicas justas, eficazes e bem planejadas na luta contra o tráfico. Infelizmente (...) contribuem para aumentar a sensação do pânico moral frente ao fenômeno do tráfico. Essa sensação pode levar a uma espécie de caça às bruxas. Qualquer estrangeiro no Brasil corre o risco de ser acusado como “traficante”, enquanto as brasileiras - particularmente as mais pobres e escuras- em trajetórias de deslocamento internacional, cada vez mais, são vistas como “vítimas” potenciais que necessitam de tutela do Estado e das ONGs anti-tráficos, condicionando seus direitos constitucionais de ir e vir (DAVIDA, 2005, p. 17).

Considera Sales (2009, p. 72) que a mídia necessita de “ajustes em termos de conteúdo e forma, na produção efetuada pelos meios, de maneira a adequar, qualitativamente, a programação veiculada às demandas culturais, políticas e sociais da população, com especial atenção”. Porém, sabemos que a mídia representa na luta de classes a classe dominante, reproduzindo, eventualmente, perspectivas neoliberalistas e neoconservadoras. Até porque a mídia se gera formando opinião, posicionamentos políticos, que caminham, por vezes, com o sensacionalismo.

Dessa maneira, Ham (2011, p. 08) identifica maneiras proveitosas para tratar os dados relacionados aos termos, como:

- a) abordar que existem outras formas de tráfico e/ou exploração e não se basear apenas em uma única versão;
- b) colaboração e consultoria a outros grupos diretamente afetados pelo tráfico ou medidas antitráfico;
- c) ampliação do conhecimento sobre direitos e opções dos indivíduos, ao invés de incentivar o medo sobre o tráfico ou condolência referente às “vítimas” do tráfico;

- d) impulsionar análises e discussões críticas dos segmentos sociais sobre temas como o tráfico e exploração;
- e) oferecer opções de emprego legalizado;
- f) legalizar a prostituição;
- g) tratar com circunspeção os temores dos indivíduos que trabalham com a prostituição relativos às abordagens policiais violentas, e por parte, exploratórias;
- h) fundamentar cuidados nas publicações sobre o tráfico ou antitráfico, baseando-se em evidências, não ao sensacionalismo.

Assim, a seguir iremos abordar a relação da mídia com a polícia. Destaca-se que as relações da imprensa com os termos também são caracterizadas por ambiguidades e conflitos, até porque temas pluralistas como a “violência” e a “criminalidade” são os mais procurados nos diversos públicos de leitores (BEATO, 2007).

2.2 A RELAÇÃO PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA AOS OLHARES DA MÍDIA

Assistimos como, atualmente, os meios de comunicação em massa desempenham influências na construção da consciência social, onde se predominam preconceitos, discriminações e manipulações. Segundo Vaz (2009, p. 108), o senso comum cristaliza as ideias sem verificações e produz suas discriminações, o que “tende a resumir as relações à competição e a empurrar o indivíduo para o isolamento (...) A força do senso comum na produção jornalística dá a dimensão do árduo trabalho que nos tentam resistir à correnteza dentro dos meios de comunicação” .

Rifiotis (1999) e Porto (2002) abordam que a mídia é amplamente reconhecida como um elemento estratégico de produções simbólicas, inclusive quando o tema se relaciona com as “violências” do dia-a-dia. Vendo que a violência é um elemento polissêmico e pluralista, Porto (2002) considera:

A contemporaneidade brasileira (...) confrontada pelas consequências (...) no plano simbólico e por um contexto de grandes desigualdades no plano material, as quais, reflexivamente, alimentam a fragmentação e as pluralidades dos valores. Violência real e representação de violência como forma de manifestação de exclusão simbólica e material são fenômenos interdependentes e se constituem em fatores orientadores da ação (PORTO, 2002, p. 152).

Temas que abordam a polícia e a associam com violência despertam interesses, preocupações e medos na população. Vale considerar que esses elementos disponibilizados com a colaboração da mídia ancoram a atuação, discussão e implementação de políticas públicas no Brasil (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 21).

Conforme Leonarda Musumeci (2007), atualmente o termo polícia é tão significativo para a sociedade brasileira quanto as áreas da economia ou da saúde. Vê-se, por exemplo, que a mídia destaca matérias de ocorrências policiais ocupadas por assassinatos, sequestros e roubos, nas quais as abordagens raramente são relacionadas a situações sociais ou políticas públicas.

De acordo com Porto (2009, p. 3), a relação mídia e polícia é complexa, “tensa e contraditória, por vezes, consensual e cúmplice, por outras (...) são realidades não acabadas em si mesmas e conformam um campo em constante tensão e crise”. Segundo a autora, a polícia é praticamente sinônimo de violência, até porque “a expectativa da própria sociedade é do policial violento” (Ibidem). Dessa forma:

De um lado, os policiais são continuamente apontados como fonte de condutas violentas, transgressoras e violentadoras dos direitos humanos, de outro são, seguidas vezes, demandados e cobrados para agir com mais eficiência, inclusive com a utilização de violência (...) a partir do que supõe que a sociedade espera dela como responsável pela lei e pela ordem (PORTO, 2012, p. 8).

Problemáticas que envolvem sujeitos como as trabalhadoras sexuais e a polícia se encaixam no campo da mídia, que investiga o que gera repercussão, e a imprensa, por vezes, funciona como a polícia (DAVIDA, 2005). Os dispositivos da mídia, por estarem inseridos em um veículo de manipulação de interesses, ao buscar a denúncia dos fatos, agem em consoante ao Estado e “ignoram muitos eventos por inaptidão ou desinteresse” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 22).

Beato (2007) manifesta que setores policiais dispõem de mútua dependência dos meios de comunicação, resultando no fato de as relações entre mídia e polícia serem marcada por ambiguidades. A imprensa brasileira, ao envolver temas como crime e violência em suas divulgações, encontra-se interagindo com o setor policial, na qual são capazes de persuadir comportamentos sociais. O autor expõe existir uma ausência de massa crítica sobre a violência policial, pois:

Ao contrário de temas como política, economia, educação, cultura ou ciência, esta é uma área que as redações não contam com jornalistas muito especializados. Mesmo quando existem, raramente são qualificados para compreender o fenômeno da

segurança e da violência em todas as suas nuances. Lugares comuns e chavões passam a servir como base de interpretações de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando ainda mais os inúmeros estereótipos existentes (BEATO, 2007, p. 29).

A cobertura da mídia tem dependência em alto grau das informações policiais. Resultado de a “polícia ser a fonte principal¹⁴ - se não a única - que na maioria das reportagens que envolvem “crime” ou “violência” (BEATO, 2007, p. 37). O autor descreve que esta condição gera valores, que:

A consequência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Apesar das frequentes reclamações das autoridades do setor sobre críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos, etc. (BEATO, 2007, pp. 37-38).

A imprensa, por depender de informações, costuma dar preferência aos temas crime e violência, por ganhar repercussão em maiores amplitudes. Dessa forma, mostram que a mídia nesse movimento não é neutra, mas sim, competitiva, pois se alimenta das disputas de interesses, visto que fazem parte de grandes empresas que visam lucro, como qualquer segmento do capitalismo (MACHADO, 2009).

Os conteúdos jornalísticos apresentados através de descrições, depoimentos e imagens, tanto auxiliam na produção do imaginário social, quanto:

Ao serem enfocados pelos meios de comunicação em massa, invadem cotidianamente nossos sentidos com os espetáculos que parecem querer sinalizar a barbárie (...) seria viável admitir que se poderia falar de violência sempre que a alteridade fosse desconhecida, esquecida, desconsiderada, negada. Em outras palavras, sempre que o outro fosse desconsiderado como sujeito e, em função disso, tratado como objeto, inviabilizando em última análise a interação social, fosse ela de natureza consensual ou conflituosa (PORTO, 2009, p. 8).

Conforme Blanchette, Murray e Ruvolo (2014), em maio de 2014, período da Copa do Mundo no Brasil, policiais invadiram um prédio em Niterói - Rio de Janeiro, para uma operação onde residia mais de 400 mulheres que trabalhavam como prostitutas. Informa a versão:

Durante a operação, os policiais cometeram extorsões, furtos, roubos e estupro, e mais de 100 mulheres foram detidas para averiguação. Todos os apartamentos (mais de 90),

¹⁴ Nas pesquisas realizadas pelo CESeC (Centro Estadual de Educação Continuada), em 2004 e 2006, existe uma forte predominância da segurança nas publicações dos noticiários. Em análise no ano de 2004, 2.514 textos publicados nos principais jornais de alguns estados do Brasil, mostraram que a polícia era a principal fonte ouvida em 43,2% dos casos, o segundo lugar é a vítima e em terceiro o Poder Executivo Federal, o Estadual e o Municipal. (BEATO, 2007, p. 37)

onde elas trabalhavam, foram interditados e classificados como locais de crime, embora não houvesse autorização judicial para tais atos. Tentativas de registrar queixas na Delegacia da Mulher (DEAM), no dia, foram negadas, tal com o direito da maioria das mulheres de contar com a presença de advogados da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) durante seus depoimentos na delegacia (BLANCHETTE; MURRAY; RUVOLO, 2014, p. 200).

Depois do ocorrido, houve uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A ilegalidade da polícia, os roubos, os estupros e as extorsões foram denunciadas. Porém, uma das prostitutas que denunciou a ação começou a ser seguida por “pessoas que pareciam ser policiais”, fazendo ameaças a ela e sua família. A trabalhadora sexual registrou outro boletim de ocorrência, mas a polícia ignorou e intitulou como “termo circunstanciado”¹⁵. Em consequência, ela acabou tendo que deixar sua casa em Niterói para se alocar em um lugar seguro para si e sua família (Ibidem).

Segundo Blanchette, Murray e Ruvolo (2014), o caso não foi exposto pelos meios como causado em decorrência da Copa do Mundo, mas, sim, vinculado aos processos potencializados pelo evento. Isto nos mostra um exemplo da intensificação da violência nas interações da polícia com a prostituição, sendo ocultada essa violação de direitos humanos, a qual o Estado deveria dar atenção. Assim, percebe-se “uma distorção estrutural da cultura policial brasileira que afeta o conjunto da população, mas que tem efeitos nefastos no universo da prostituição” (Ibidem, p. 201).

Dessa maneira, conforme Silva (2016) e Rodrigues (2003), observa-se que, embora a prostituição não seja crime, tudo em torno da atividade é criminalizado. Ademais, de um modo geral, as “trabalhadoras do sexo são consideradas cidadãs de segunda categoria pela sociedade e também pela polícia” (BLANCHETTE; MURRAY; RUVOLO, 2014, p. 201).

A mídia, diante de temas que envolvem crimes, violências e ações policiais, deve contextualizar os fatos narrados. Para, assim, fugir das distorções capazes de gerar viés ideológico no tratamento da prostituição, visto que o conteúdo jornalístico deve ser divulgado com objetividade e imparcialidade. Dessa maneira:

Com o uso de dados para contextualizar o noticiário, a imprensa oferece ao público leitor informação mais exata e qualificada, e evita a acusação, tantas vezes repetida, de que contribui para gerar no público uma sensação de insegurança nem sempre justificada pelos dados estatísticos. (...) Qualificar o tratamento jornalístico dado ao tema, afastando-o cada vez mais do sensacionalismo e de um jornalismo meramente descritivo, reproduzidor do senso comum. A cobertura de segurança pública ainda é dominada pelo senso comum e pelo enfoque policial, enquanto a saúde, a educação e a economia são áreas há muito reconhecidas pela sociedade e pela mídia como campos

¹⁵ Registro não intitulado como boletim de ocorrência, sem inquérito para investigar o caso ocorrido. (BLANCHETTE; MURRAY; RUVOLO, 2014)

especializados de estudo, nos quais deve haver análises baseadas em informações, não apenas em fatos soltos, impressões e “palpites”. Tradicionalmente, porém, os dados gerados pelas instituições de segurança são de baixa qualidade e/ou de difícil acesso. Prevalece ainda na área a cultura do “segredo de Estado”, herdada do regime autoritário (MUSUMECI, 2007, pp. 152-153).

Partimos para o último capítulo da presente pesquisa, com o intuito de observar e descrever, através de notícias pelo portal virtual do *Correio Braziliense*, que envolvem os fenômenos “prostituição e polícia”.

3 A RELAÇÃO ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CORREIO BRAZILIENSE

*“Não devemos falar a língua dos outros,
nem utilizar o olhar dos outros,
porque, neste caso,
existimos através do outro.
É preciso tentar existir por si mesmo”
(Eugen Bavcar)*

Depois de discutir nos capítulos anteriores sobre a relação prostituição e polícia e, similarmente, o posicionamento da mídia, o presente capítulo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa empírica e as reflexões suscitadas a partir do referencial teórico construído. A pesquisa teve como enfoque o jornal *Correio Braziliense*, mediante análise de notícias disponíveis em seu acervo digital. O veículo tem relevância na Região Centro-Oeste e, também, como dispositivo da mídia, fortalece e contribui para o discurso de seus leitores.

Desta maneira, o objetivo desta análise quali-quantitativa dos termos é observar e descrever o sentido atribuído pelo jornal *Correio Braziliense*, em um recorte temporal, com a palavra-chave “prostituição e polícia”. A formulação dos objetivos específicos e das hipóteses serviram para orientar as interpretações que veremos a seguir.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA – O JORNAL CORREIO BRAZILIENSE

O *Correio Braziliense* foi lançado em Brasília pelo *Diários Associados*¹⁶, em abril de 1960, alcançando continuamente a marca dos maiores e mais influentes jornais de circulação do Distrito Federal e Entorno. Conforme o *Diários Associados*, o CB oferece jornalismo de qualidade, com o compromisso de oferecer o melhor visual gráfico, com o objetivo de facilitar e tornar mais agradável a leitura dos fatos cotidianos.

¹⁶ Conforme informações dispostas no website da Diários Associados. Disponível em: <http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=25>. Acesso em: 26 out. de 2017.

É um veículo diário, com circulação impressa média¹⁷ de 57.290 exemplares, de segunda a domingo. A cada 10 leitores¹⁸ de jornal no Distrito Federal, sete preferem o Correio Braziliense. Na internet, em abril de 2008, ao completar 48 anos, o jornal lançou sua plataforma virtual de notícias, “transformando o leitor em internauta” para uma melhor interatividade e mobilidade, ampliando a conquista do número¹⁹ de leitores.

A plataforma virtual disponibiliza filtros de busca, caso o assinante queira detalhar a pesquisa, com as opções “e”, “ou” e “frases”. As publicações são dadas em listagens, onde cada página pode disponibilizar mais de uma notícia. Em uma página, pode ocorrer de o mesmo termo estar em textos diferentes, relacionados ou não. O jornal CB traz, além de notícias sobre o Distrito Federal, artigos que se dividem em Brasil e Política, Ciência, Cidades, Classificados, Diversão & Arte, Economia, Gastronomia, Mundo, Opinião, Saúde, Super, Esportes, Tecnologia, entre outros.

O *Correio Braziliense* ajusta-se ao jornalismo noticioso que, conforme Sousa (2004, p. 30), “caracteriza-se por abordar noticiosa e factualmente acontecimentos ou problemáticas da atualidade. É o tipo mais comum de jornalismo”. Conforme Arrais (2009), o modo da produção de notícias, em questão de formato e rapidez na divulgação de informações, na lógica do jornalismo, determina:

As expectativas do público para justificar uma espécie de simplificação (...) [da notícia], pois o medo de entender, [o telespectador] leva a conduzir sua prática em detrimento ao debate coletivo” (...) pelas necessidades do mercado, e, portanto, produtor da disseminação do senso comum da cultura contemporânea (ARRAIS, 2009, pp. 348-349).

Esses fatores foram fundamentais para a escolha do jornal *Correio Braziliense*. Desta forma, foi realizada a assinatura do dispositivo, para se ter um acesso mais amplo, por conseguinte, conduzir a análise pelo buscador disponibilizado na plataforma digital do *Correio Braziliense*. O acervo midiático do CB disponibiliza um conteúdo vasto e profundo para assinantes, podendo consultar edições mais antigas, publicadas em até 15 anos.

Os conteúdos expostos por jornais noticiosos e suas narrativas são resultados do domínio de agendar os conteúdos, logo, reproduzir os reflexos em seus leitores. Isso é

¹⁷ Cf. Estudos EGM Marplan - outubro de 2019 a setembro de 2010 - Brasília. (Diários Associados)

¹⁸ Dados da pesquisa pela EGM Marplan (2009-2010) apontam que 53% dos leitores são homens e 47% são mulheres. Destes, 69% são das classes AB, 28% são da classe C e 4% são da D. Os leitores apresentam uma renda mensal de R\$ 5,344,21. (Diários Associados).

¹⁹ A fonte, Google Analytics, em agosto de 2009, informou a conquista de 9.166.112 *pageviews* mensais ao acervo digital do Correio Braziliense. (Diário Associados)

incorporado nas estratégias dos meios de comunicação, que visam conceder aos seus leitores uma assimilação que no campo jornalístico equipara-se com normas de objetividade (SOUSA, 2004).

O recorte temporal estudado englobou os anos de 2014 e 2015, em virtude da relevância do evento esportivo mundial Copa do Mundo que ocorreu no Brasil. Tendo em vista a grande importância do evento para o país e a população, a escolha do período concerne à análise das variáveis “prostituição e polícia”.

Primeiramente, a escolha do período foi realizada baseado nas referências documentais, mostrando que cerimônias mundiais como a Copa produzem bastante repercussão. O intuito de prestigiar o espetáculo, seja pela grande quantidade de pessoas aglomeradas nos diversos pontos disponíveis pelas cidades-sedes do país, seja por categorias como “o cuidado” e/ou “medo”, é ocasionado pelo aumento de turistas que se apresentam por todo o território (LENZ, 2012).

Evidencia-se, em ocorrências, que as prostitutas acabam sendo inviabilizadas pela população e/ou jornalistas, visto que “a Copa do Mundo de 2014 estava servindo como uma espécie de ‘para-raios’ para acusações sobre a exploração sexual em terras brasílicas (BLANCHETTE; MURRAY. RUVOLLO, 2014, p. 190). Vale observar que no jornalismo sensacionalista as fontes nunca são as vítimas.

Dessa maneira, foi analisada a discussão trazida exclusivamente pelo jornal *Correio Braziliense* na temporada, enquanto veículo importante para a construção do imaginário social diante dos fenômenos. A busca pelas notícias foi realizada, não sendo necessários somente os textos que envolvem informações sobre o evento da Copa, mas qualquer uma que aparecesse presente os termos prostituição e polícia.

3.2 ANÁLISE DE DADOS DA RELAÇÃO “PROSTITUIÇÃO E POLÍCIA”

A análise das notícias ocorreu entre 02 a 28 de outubro de 2017 pelo buscador do site *Correio Braziliense*. O recorte temporal da pesquisa se realizou com a palavra-chave “prostituição e polícia” do dia 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015. A seleção do período, como já dito anteriormente, se deu por em 2014 ter ocorrido a Copa do Mundo no Brasil e por 2015 ter sido a temporada pós-Copa. As notícias analisadas foram organizadas

através de uma planilha digital (APÊNDICE A), contendo, em dados a data da publicação, o caderno-seção, o título, a autoria e o link de acesso.

A primeira busca envolveu o cruzamento das variáveis “prostituição” e “polícia”, sendo encontrados 59 resultados, dos quais 23 foram usados para análise. Ainda foi realizada uma busca complementar com a separação das palavras-chaves, apenas para comparar as diferenças dos resultados. O termo “prostituição” rendeu 138 resultados; na busca pela palavra “prostituta” apareceram 80 resultados. A busca da palavra-chave “polícia” apresentou o maior número de publicações, com 7.214 resultados. A partir desta análise, foi possível perceber que 39% das notícias sobre o campo da prostituição incluíam a palavra-chave “polícia”, o que aponta um número bastante relevante. Ao contrário do campo de notícias sobre a polícia, apareceram somente 0,3% de divulgações com a palavra “prostituição”.

Aprofundando as buscas, foi realizada a junção dos termos em “prostituição e prostituta” para também observar a quantidade de resultados, rendendo apenas nove produtos, em que quatro deles houve a presença da palavra “polícia”. Ou seja, 44% dos resultados.

Procurou-se, ainda, identificar se as 30 primeiras notícias, dos 138 resultados somente com a palavra-chave “prostituição”, continham a palavra “polícia”, encontrando sete publicações que envolviam a presença do fenômeno. Na busca complementar apenas com a palavra “polícia”, nenhum dos 30 primeiros textos apresentava a palavra “prostituição”. É importante observar que, embora a busca com a palavra-chave “polícia” tenha resultado um número expressivo de notícias, a prostituição não foi o fenômeno mais associado ao setor, pois não representou nem 1% de suas publicações dentro dos anos de 2014 e 2015. Porém, essa constatação não é a mesma comparando com os dados resultantes na busca das palavras-chave “prostituição” ou “prostituta”, que resultaram, em quase metade das publicações.

A junção das variáveis “prostituição e polícia”, de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, disponibilizou uma listagem de 59 resultados. Nesse universo, haviam notícias de cunho informativo na relação dos termos, bem como publicações que não haviam relações entre os mesmos. Muitas vezes, apesar das duas palavras estarem presentes ao abrir a página da manchete, os termos apareciam separados em notícias diferentes.

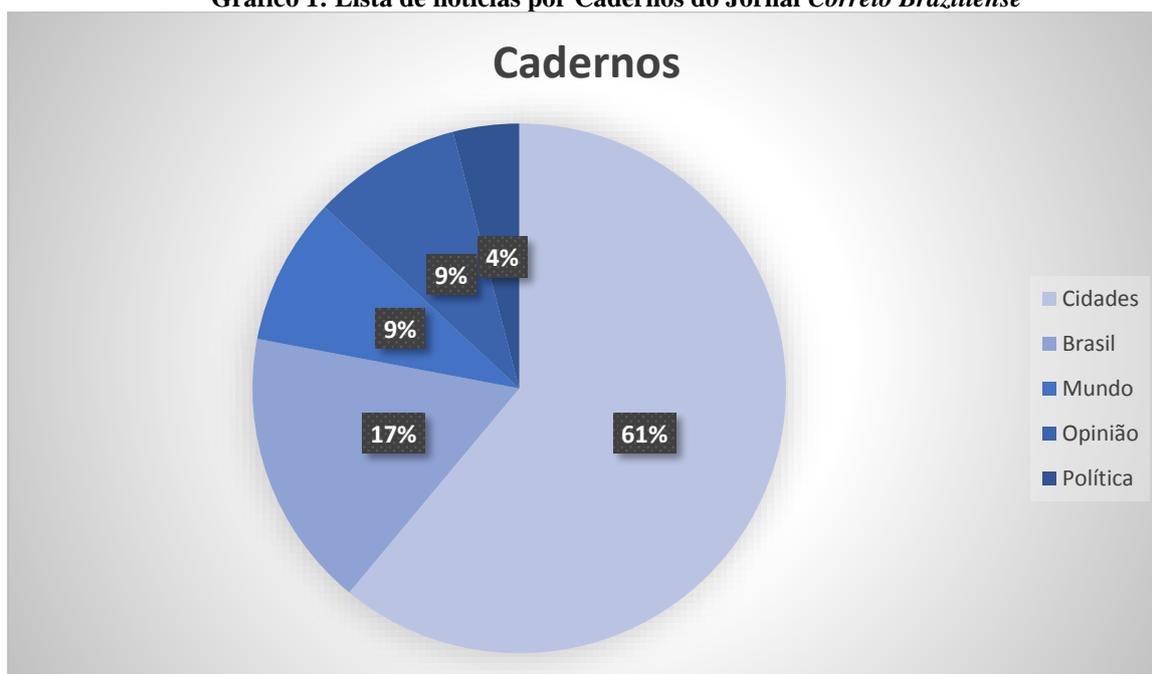
Dos 59 resultados encontrados com a interação “prostituição e polícia” nesses dois anos, 23 notícias foram selecionadas. O descarte das outras 36 publicações foi realizado porque os termos não estavam presentes no mesmo texto. Vale ressaltar que, apesar das palavras-chaves aparecerem no corpo do mesmo texto, nem sempre eram os personagens principais das

notícias. Dessas 36 descartadas, seis publicações estavam disponibilizadas no caderno de *Diversão & Arte*, sendo elas quatro novelas/seriados, um roteiro de musical e uma peça teatral.

O evento da Copa do Mundo começou em junho de 2014 no Brasil, notando-se que não houve a concentração esperada das notícias do CB envolvendo a interação dos fenômenos “prostituição e polícia” no ano e nem após a temporada. Das 23 notícias analisadas, as publicações se distribuíram, em média, a uma ou duas notícias em cada mês. Observou-se que a quantidade de notícias nos dois anos foi similar - no total foram 12 notícias no ano de 2014 e 11 notícias no ano de 2015. Em 2014 foram: uma em janeiro; duas em março; uma em abril; uma em julho; uma em agosto; duas em setembro; uma em outubro e três em dezembro. Já em 2015 foram: duas em fevereiro; uma em março; uma em abril; uma em maio; duas em junho; uma em agosto; duas em setembro; e uma em outubro.

A maior parte das 23 referências foram encontradas no caderno *Cidades*, visto que os conteúdos das notícias disponibilizadas relatam os acontecimentos do Distrito Federal e Entorno. Das 23 notícias, 61% são do caderno *Cidades*, 17% são do caderno *Brasil*, 9% são do caderno *Mundo*, 9% são do caderno *Opinião* e 4% do caderno *Política*.

Gráfico 1: Lista de notícias por Cadernos do Jornal Correio Braziliense



Fonte: Elaboração da autora

Em relação aos autores das 23 publicações, 43% não assinaram os textos, o que despertou curiosidade. Conforme Sousa (2004), abdicar da assinatura pode ser uma forma de ocultar a origem da informação da notícia. Dentro dos autores que assinaram estão: Ari Cunha

(dois textos); Adriana Bernardes e Camila Costa (um texto); Bernardo Bittar e Kelly Almeida (um texto); Bernardo Bittar e Mariana Laboissière (um texto); Camila Costa (um texto); Conceição Freitas (um texto); Gabriela Freire (um texto); Guilherme Pera e Thiago Costa (um texto); Guilherme Pera e Manoela Alcântara (um texto); Guilherme Pera e Kelly Almeida (um texto); Manoela Alcântara (um texto); e Thiago Soares (um texto). Apesar de muitas notícias não terem sido assinadas, percebe-se a repetição de alguns autores no debate dos termos “prostituição e polícia”, a exemplo Ari Cunha.

Vale ressaltar que o jornalista Ari Cunha é vice-presidente institucional do jornal *Correio Braziliense* e também colunista do caderno Opinião desde 1960 (SAKKIS, 2013). Percebe-se que o jornalista traça um perfil conservador em suas articulações nas colunas pois, ao argumentar sobre determinados eventos, como a prostituição, coloca seu ponto de vista com base a princípios morais.

A partir da análise quali-quantitativa (APÊNDICE B), a medida em que as notícias foram analisadas, observou-se situações que a maioria das reportagens repetem termos, vinculam, excessivamente, o campo da “prostituição” com drogas, crime e/ou violência. Dessa maneira observamos que, das 23 notícias, 57% apresentaram a presença da palavra “*drogas*”; 74% a palavra “*crime*” e 39% a palavra “*violência*”. Ademais, observou-se que 26% das notícias apresentaram a presença dos três termos no corpo do texto. Apenas uma notícia, das 23 analisadas, não apresentava a presença de tais termos associados à palavra-chave “prostituição e polícia”. Por meio das análises percentuais, vemos a cristalização dos discursos moralistas que associam a prostituição ao perigo. Assim, observou-se, a reprodução das representações sociais do crime, violência e droga associado ao campo da prostituição e da polícia.

Vale destacar a única publicação que não continha as palavras no corpo do texto, que intitulava-se “*Ex-diretor do FMI no banco dos réus*”. Publicada no dia 15/02/2015, a notícia descreve que o ex-diretor do Fundo Monetário Internacional - (FMI) Dominique Strauss-Kahn negou acusações que o ligavam a prostituição numa cidade francesa. Afirmou que não teve contato com cafetões que patrocinavam as festas com prostitutas das quais teria participado. Além de Dominique, também foram acusados policiais, advogados e empresários (EX-DIRETOR, 2015).

Em 91% dos textos, a palavra-chave “polícia” apareceu associada a segurança pública (casos de investigação, descrição de fatos, depoimentos policiais). Apenas 9% das notícias associava “polícia” à corrupção, porém, em ambas, o termo não era protagonista, apenas citado.

As notícias levaram os títulos “*Ex-diretor do FMI no banco dos réus*” (como vimos acima), no dia 15/02/2015, e “*Conjunturas na lente*”, em 10/12/2015 (CONJUNTURAS, 2015).

Os resultados encontrados pelo site do *Correio Braziliense* na associação “prostituição e polícia” com a Copa não foram centrais como se imaginava. Houve apenas uma notícia que mostrava a relação dos termos com o evento, dado no dia 08/01/2014, na seção “*Prostituição*”, com o título “*Parceria*” (CUNHA, 2014). A notícia descreve que as autoridades temiam o aumento da “prostituição infantil” na Copa do Mundo no Brasil: “a indústria do sexo tende a migrar para as grandes cidades em eventos de maior repercussão, ao passo que profissionais tendem a recrutar prostitutas menores de idade para atender à demanda local e de torcedores estrangeiros” (Ibidem).

Nesta publicação, vemos a notícia mensurar um significado consensual dos termos, inserindo a prostituição na mesma esfera que exploração sexual (de crianças e adolescentes). Como vimos, as atribuições generalistas contribuem para o imaginário social que associa a prostituição ao crime, como também, difundem os pânicos morais (DAVIDA, 2005). Observa-se, que retrata possibilidades de aumento da “*prostituição infantil*”²⁰ sem dados fixos ou estatísticos. Conforme Lenz (2012), as falsas alegações que associam a prostituição aos crimes, como exploração sexual e/ou tráfico de pessoas, distorcem o significado da atividade.

Vemos outra notícia da prostituição associada a crimes como exploração sexual no mesmo contexto. No dia 24/08/2014, o jornal publicou “*Exploração sexual leva quatro para a cadeia*” (ALCÂNTARA, 2014). O texto descreve que a polícia prendeu quatro pessoas, das quais duas foram acusadas de exploração sexual. As suspeitas fecharam nove estabelecimentos de prostituição em Luziânia. A polícia investigou se as duas menores de idade, além de vender bebidas alcoólicas no bar dos estabelecimentos, também foram vítimas do evento. Segundo o delegado regional do Entorno, “naquele local, aportam muitos caminhoneiros por dia e a suspeita é de que também ocorra prostituição nas boleias dos caminhões” (Ibidem).

Na seção “*Tráfico de Pessoas*”, também chama atenção o título “*Exploração Sexual e Escravidão*” (BITTAR, 2015), postado no dia 29/08/2015. A publicação retrata que, depois de dias de investigação, a polícia prendeu quatro suspeitos de praticar rufianismo, tráfico de drogas e associação criminosa. Conforme relatos policiais, a quadrilha trazia jovens do Nordeste com promessas de emprego, mas, ao chegarem ao Distrito Federal, eram obrigados a entrarem

²⁰ “Prostituição infantil” foi um termo encontrado no corpo texto. Vale ressaltar que a prostituição é uma atividade legalizada pela CBO e só pode ser exercida por maiores de 18 anos de idade, com o consentimento do sujeito. Bem diferente do crime de exploração de crianças/adolescentes.

para a prostituição. A Polícia não informou o total de vítimas da violência sexual nesse episódio. A notícia ainda traz que em Ceilândia:

Versão oficial: A 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia) deflagrou a Operação Luz Vermelha, para coibir casas de prostituição, tráfico de drogas e outros crimes na área central da cidade. Sete bares foram autuados após a comprovação de que os proprietários mantinham espaços para exploração sexual. Segundo a Polícia Civil, filmagens foram feitas nos locais em datas diferentes para evidenciar a frequência da prática. Dez adultos acabaram presos e um adolescente, detido. Em um dos estabelecimentos, havia câmeras que filmavam o local onde acontecia as relações sexuais com as prostitutas (BITTAR, 2015, p. 22).

Nesse sentido, vemos a publicação do dia 16/09/2015, intitulada “*Suspeitos Denunciados*”. Divulgado na seção “*Prostituição*”, o texto noticiou que “cinco acusados de envolvimento em tráfico de mulheres para prostituição no DF irão a julgamento” (SUSPEITOS, 2015).

Versão oficial: Todos foram denunciados pelos crimes de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual; favorecimento de prostituição e exploração sexual; favorecimento de prostituição e exploração sexual de adolescente; rufianismo; lesão corporal; cárcere privado; constrangimento ilegal; e por integrarem uma organização criminosa armada. As vítimas eram aliciadas no Maranhão com promessa de emprego formal no DF, mas, quando chegavam, eram obrigadas a se prostituir. Sofriam ameaças e ficavam em cativeiro. A organização criminosa cobrava moradia, alimentação, produtos de higiene, gastos com a viagem e drogas, que algumas vítimas chegaram a ser obrigadas a usar. O esquema foi descoberto quando três delas conseguiram fugir do cativeiro e procuraram uma delegacia (SUSPEITOS, 2015).

De acordo com Ham (2011, p. 11), “mensurar o tráfico é notoriamente difícil e as estimativas apresentadas podem variar amplamente de acordo com as diferenças metodológicas e ideológicas”. Acima, o Correio Braziliense narrou a prostituição envolvida a uma série de violências e moralismos, o que reproduz a perspectiva conservadora do Estado, da prostituição como “caso de polícia”. A linguagem utilizada contribui para a construção dos significados sobre ambos os termos.

No dia 09/03/2014 na seção de “Violência”, chama atenção o título “*Mulheres executadas em Goiás*”. O texto descreve que quatro jovens (duas menores de idade) foram encontradas mortas em Goiânia. Segundo a polícia, o crime ocorreu porque elas tinham envolvimento com drogas e prostituição (MULHERES, 2014). A mesma notícia se repetiu no dia 11/03/2014, mas com outro título: “*Polícia investiga execução de garotas em Goiás*”.

Versão oficial: “Entre parentes e testemunhas, pelo menos 15 pessoas foram ouvidas ontem”. De acordo com o delegado, uma delas contou que encontrou as vítimas, na

última sexta-feira, em um bairro conhecido pelas casas de prostituição. Lá, elas faziam programas e usavam drogas. “Embora tivessem residência na cidade, ficavam mais tempo nesse local do que nas casas dos pais”, disse. Também houve relatos de que as jovens eram envolvidas com rapazes que cometiam delitos, como roubo de carros e tráfico de drogas. “Pode ser que esses fatores estejam vinculados ao crime”, comenta o delegado (MULHERES, 2014).

Outra notícia publicada na seção de “*Violência*”, no dia 15/10/2014, com enunciado “*Assassinato expõe o medo na 708 Norte*” (SOARES, 2014), retrata que moradores da 708 Sul reclamam da falta policiamento na quadra, relatando o medo após o assassinato de um traficante. Os habitantes do local falam que a quadra virou comércio de drogas e prostituição. O CB, em entrevista com um professor e pesquisador em segurança pública da Universidade Católica de Brasília – UCB, descreve: “*A prostituição aliada às drogas é um dos facilitadores dos homicídios*”. Ademais:

Versão oficial: “Esse cenário é típico da atualidade, um quadro de violência a que estamos submetidos. O crime ainda se agrava pelo fato da impunidade. O homem morto (na 708 Norte) tinha uma ficha extensa. Provavelmente, agia na região sem medo por saber que permaneceria solto. Inicialmente, o que podemos constatar é que havia uma relação conflituosa entre a vítima e o autor”, comenta. (SOARES, 2014).

Em 2015, novamente na seção de “*Violência*”, em 25 de setembro, o título expõe “*Polícia procura quarta envolvida em homicídio*” (BERNARDES; COSTA, 2015). A notícia retrata, que policiais investigaram o assassinato de uma adolescente de 14 anos. Uma amiga da vítima relatou que ela andava com pessoas que consumiam drogas e bebidas alcoólicas. Em depoimento, o conselheiro tutelar do Riacho Fundo fala:

Versão oficial: “Essa tragédia deve servir como um alerta para jovens e adolescentes. Essa rebeldia desenfreada, achar que é dono de toda a razão, muitas vezes, leva para um buraco. Esses adolescentes e jovens são usados pelo tráfico, por redes de prostituição e, depois, são descartados”. (BERNARDES; COSTA, 2014)

Mais um recorte sobre a violência aparece em reportagem do dia 09/07/2014, onde um fazendeiro detido pela polícia por crime de estupro a uma menina de 13 anos foi absolvido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O acusado foi absolvido, depois de preso por 40 dias, porque testemunhas afirmavam “que a vítima era prostituta e, em razão desse motivo, ele teria sido levado ao erro em relação à idade dela”. O acórdão da 1.^a Câmara Criminal Extraordinária do Tribunal expõe:

Versão oficial: “Não se pode perder de vista que, em determinadas ocasiões, podemos encontrar menores de 14 anos que aparentam ter mais idade, mormente nos casos em

que eles se dedicam à prostituição, usam substâncias entorpecentes e ingerem bebidas alcoólicas” (ACORDÃO, 2014).

As notícias enquadradas na categoria violência reproduzem o olhar genérico do papel da polícia. Segundo Rifiotis, o termo violência:

É uma palavra ícone da modernidade em crise. Os discursos que se identificam com a modernidade têm na violência uma espécie de "parte maldita" (...) O mal-estar da sociedade é produto da busca de construir um mundo onde a "parte maldita" da vivência social ceda seu lugar ao pleno domínio da razão. Esta busca se confronta com um descompasso entre a visão racional e progressiva do mundo e a realidade de guerras, genocídio, crimes e agressões que se observa quotidianamente. É a perplexidade do mundo moderno diante da "banalidade do mal" (...) Por sua posição estratégica na visão de mundo moderna, os discursos sobre as violências são um questionamento à visão de mundo dominada pelo encantamento com a racionalidade (...) estes discursos são um ponto de apoio sobre o qual se movem novos significados da vida social, e seu estudo é fundamental para a compreensão do tempo presente (RIFIOTIS, 1999, p 1).

Ao dia 09/09/2014, o CB publicou uma reportagem com o título “*Polícia identifica suspeito*”. Em 28/04/2014, outra notícia trouxe informações da polícia sobre um casal que cometia “*extorsão sexual*” em sites de prostituição.

Percebe-se nas notícias que as fontes dominantes das publicações não são as “vítimas”, mas, sim, os relatos oficiais, nos quais por vezes a voz é concedida somente à polícia. Segundo Sousa (2004, p. 24), a predominância desses acontecimentos que priorizam a fala do policial são características do jornalismo comercial, a mídia sensacionalista, que representa a hierarquia da sociedade e dirige as informações a quem tem poder de fala, ou seja, as fontes nunca são as vítimas. Presenciamos, assim, conforme Beato (2007), que o CB também tem dependência das informações policiais, principalmente aos discursos que envolvem “crime” e/ou “violência”.

Outro texto, publicado no dia 15/04/2014 na seção de “*Segurança*”, tinha a manchete “*Sexo e drogas em frente de casa*” (PERA; COSTA, 2014). Habitantes da W3 Norte e entrequadradas da Asa Sul reclamavam que o nível de segurança caiu na região. O texto traz que “*moradores e comerciantes já se acostumaram a ver cenas de uso de drogas, violência e até o sexo explícito*” e usa aspas de uma moradora do bairro: “*o beco era muito perigoso, as pessoas faziam daqui ponto de uso de drogas e prostituição*”. A publicação informa que a polícia trabalha junto com a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social (Sedest) para acabar com o problema (Ibidem).

Em 02/12/2014 foi divulgado outro exemplo que vincula a prostituição com a clandestinidade. Com o título “*Garimpo em terra indígena*”, a notícia narra que a polícia, em

operação com a Fundação Nacional do Índio (Funai), prendeu mais de 80 garimpeiros por habitação ilegal em terras indígenas, além de indiciar reféns a práticas de prostituição. No local, também portava-se armas e drogas. (GARIMPO, 2014).

Beleli e Olivar (2011, p. 493) apresentam que veículos, como novelas e programas de televisão, retratam de diversas maneiras abordagens sobre a prostituição e contribuem para conexões. Os produtos midiáticos criam, por vezes, debates sobre a “mercantilização dos corpos” de forma a reproduzir “significados”, como vemos na publicação citada a seguir.

No dia 01/02/2015, sob o título “*as Dani Bond da vida real*” (ALMEIDA; BITTAR, 2015), a notícia escreve que a minissérie “Felizes para Sempre” retrata a vida de uma prostituta de luxo e mostra que a situação não é vista apenas na ficção. As prostitutas de luxo entrevistadas pelo jornal contam que dinheiro, presentes caros e alto nível, são realidade em Brasília. Porém, polícias apontam os perigos que rondam o campo, assim afirmam:

Versão oficial: A prostituição não é crime, mas, segundo a polícia, na maioria das vezes, o esquema de luxo envolve uma grande rede de aliciadores, já que estão envolvidas altas cifras e pessoas poderosas. Cafetinas que têm boa circulação com empresários e políticos fazem a mediação entre as garotas e os clientes, e chegam a cobrar 60% do valor total do programa. “É um mercado muito grande, com pessoas ganhando dinheiro. O que circunda a prostituição é grave e envolve crimes. Há extorsão, drogas”, explicou a delegada-chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), Ana Cristina Melo. “Hoje, as pessoas não dão mais vinhos e canetas de presente, como forma de relacionamento. Dão noites com garotas de programa de luxo” (ALMEIDA; BITTAR, 2015)

As reportagens acima, do jornal *Correio Braziliense*, mostram que quem teve voz nas notícias não foi o campo da prostituição. As prostitutas, como protagonistas da atividade, na maioria das notícias, foram invisibilizadas. Apenas em uma notícia (como vemos acima na última versão), foram entrevistadas – no caso, as conhecidas pelo senso comum como prostitutas de luxo. Em situações de acusadas ou vítimas, não é exposto a versão das prostitutas, a não ser aquilo que terceiros narram sobre a sua história.

Observou-se nas notícias como a prostituição é uma atividade com dificuldades para aceitação social, conforme apresenta Silva (2016). Dessa forma, a sociedade, enxergando esses papéis sociais engessados, coloca a prostituta num caminho repleto de estigmas.

Conforme Goffman:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal

característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1982, p. 6).

Diferente do que abordamos nos capítulos anteriores, nenhuma notícia apresentou a violência e discriminação policial no universo das trabalhadoras sexuais. Dessa maneira, reforçaram, apenas, a repetição e contribuição para o imaginário social da polícia=segurança e prostituição=perigo. Assim, conforme vimos, o jornal Correio Braziliense não variou os históricos discursos conservadores presente no campo da prostituição e da polícia, pois, independentemente do contexto, o eixo moral foi o mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou, a partir da análise de dados quali-quantitativos coletados do site *Correio Braziliense*, entender como um jornal importante no Distrito Federal e Entorno divulgou as relações da prostituição e polícia no período da Copa do Mundo no Brasil no ano de 2014 e 2015. Por meio das observações dessa problemática, em conjunto com a bibliografia pesquisada, conclui-se que a abordagem se ancora em conceitos que vinculam a prostituição ao crime e a polícia a segurança.

Notou-se, primeiramente, como o campo da prostituição é marcado por visões contraditórias e complexas. As trabalhadoras sexuais, ainda atualmente, passam por trajetórias repletas de discursos morais que as rotulam como um “perigo” para a sociedade. O Estado, presente nessas relações, intervém fortemente na atividade através de ações regulamentaristas, persecutórias e controlistas (RODRIGUES, 2003). Mesmo diante tantos obstáculos, as prostitutas brasileiras ocuparam um lugar, não imaginado antigamente, como a da inserção na CBO. Por isso, é importante ter em questão, a significância dos movimentos sociais da década de 80, como também, atualmente, o aumento de vínculos em busca de direitos sociais e sexuais das prostitutas.

A realidade mostra a polícia como um ator cotidiano no campo da prostituição, atuando na atividade através de perspectivas discriminatórias e violentas (RODRIGUES, 2003). Muitas vezes, são ignoradas pelo senso comum, haja visto, a prostituição ser uma atividade completamente marginalizada socialmente (SILVA, 2016). Vemos ainda como a mídia é um dispositivo que gera influências na opinião pública sobre ambos os termos, principalmente com a linha sensacionalista que adota a prostituição com o caráter negativo.

Partindo para a intenção da pesquisa, ao averiguar a relação da “prostituição e polícia”, expostas pelo *Correio Braziliense*, enxergamos, de acordo com Davida (2005), que o acervo digital reproduziu o mesmo empreendimento moral do Estado conservador, ou seja, reproduziu as perspectivas que vinculam a atividade como regulada, clandestina, “caso de polícia”. No qual, resultou a repetição de notícias que denunciavam a prostituição ao “perigo” e “crime”. Vale ressaltar que, em um primeiro momento, observou-se que, apesar de a polícia ser um ator relevante nos resultados com a palavra-chave “prostituição”, presente em 39% das notícias, a prostituição não tem a mesma centralidade quando se examinou as notícias somente com o termo “polícia”, que respondeu por apenas 0,3% no universo de divulgações.

Presenciamos através das notícias que o jornal nos títulos seguiu o discurso hierárquico da mídia, no intuito de chamar a atenção do leitor. Identifica-se as categorias diretamente relacionadas com as representações sociais sobre ambos os termos. Conforme Sousa (2004, p. 201), os títulos são elementos importantes nesses aspectos, pois visam chamar atenção do leitor e promover seu enunciado. Vemos nas manchetes, como: “*Polícia investiga execução de garotas em GO*”; “*Exploração Sexual leva 4 para a cadeia*”; “*Exploração Sexual e Escravidão*”; “*Sem polícia corpo fica exposto*”; “*Polícia procura quarta envolvida em homicídio*”; “*Assassinato expõe o medo na 708 Norte*”; “*Sexo e Drogas em frente de casa*”; “*Estuprador Absolvido*”, “*Lista falsa de venda de Sexo*”.

Durante o processo de análise, identifica-se que essas construções negativas do *Correio Braziliense*, além distorcerem o significado da prostituição, intensificam o estigma sexual. Conforme Rubin (2012), impulsionam o crescente pânico moral, o processo dos medos e ansiedades generalizadas em volta de questões como o tráfico de pessoas e exploração sexual.

Apesar de o recorte temporal ter sido na época do Mundial, os resultados gerados na relação “prostituição e polícia” com o evento não foram satisfatórios. Apenas uma divulgação conteve a relação dos termos com o evento e a notícia em si vinculava a prostituição com a exploração sexual (de crianças e adolescentes).

Assim, verificamos as hipóteses do presente estudo, em que o *Correio Braziliense* colocou a prostituição associado a crimes como tráfico de pessoas, exploração sexual e drogas. Como também, a reprodução do imaginário social, que narrou a polícia atuando no eixo da droga, violência e crimes, através da característica de controle e proteção do sistema. Por fim, a maioria das notícias expôs a polícia como a principal fonte de depoimentos, o que nos mostrou a força do setor. E que, apesar das prostitutas serem as protagonistas da atividade, não tiveram voz ativa nas divulgações.

Nessa perspectiva, o *Correio Braziliense* exaltou a figura da polícia e obscureceu o campo da prostituição. Ademais, identificamos que a maioria das notícias trazia o símbolo da prostituição ligada à inferioridade e à polícia na segurança. Isto, longe da realidade que vemos nos primeiros capítulos da pesquisa, pois o jornal não apresentou nenhuma notícia que abordasse sobre as violências e discriminações do setor policial com as trabalhadoras sexuais.

Reconhece-se a necessidade de que veículos midiáticos, como o *Correio Braziliense*, ajustem seus discursos ao descrever um campo complexo como a prostituição. Em razão de o jornal gerar bastante influência na opinião pública, reduzir os silêncios e os preconceitos na atividade seria uma forma inovadora de contribuir e ampliar as reflexões das prostitutas, como

também mostrar o significado da atividade longe da fusão ameaça ou questão de polícia. Sabemos que a mídia fortemente favorece o capital, porém, é notável nos dias atuais que os sujeitos sociais necessitam cada vez mais dela. Seria fundamental, então, ter um olhar mais amplo sobre debates como a “prostituição e polícia”.

Por fim, vale ressaltar que a prostituição é uma atividade que cada vez mais está ganhando protagonismo, fator que vemos através da luta das trabalhadoras sexuais e suas árduas conquistas. Criminalizar, como almeja o Estado conservador, não vai dar fim à atividade, mas, sim, aumentar as violências e clandestinidade no campo (DAVIDA, 2005). Seria fundamental que a sociedade e a mídia mudassem o discurso de colocar o campo das prostitutas ao lado negativo. Como protagonistas da atividade, elas também têm suas histórias, suas vontades e seus direitos, por isso, também merecem ser ouvidas.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Manoela. **Exploração sexual leva quatro para a cadeia**. ago. 2014. Correio Braziliense - edição online; caderno Cidades, p. 23. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/08/24/AXX23-2408.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.
- ALMEIDA, Kelly; BITTAR, Bernardo. **As Dani Bond da vida real**. fev. 2015. Correio Braziliense - edição online; caderno Cidades, p. 20. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/02/01/AXX20-0102.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.
- ARRAIS, Dianne. Zona de Compromisso. Cap. 2 – Cultura midiática e serviço social: uma convivência necessária. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Sousa Ruiz (Coord.). **Mídia, questão social e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 344-357.
- BEATO, Cláudio. Dependentes de BO: o desafio de ir além das fontes policiais. In: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Ababela (Org.). **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade**. Rio de Janeiro: CESEC, 2007. p. 37-56.
- BELELI, Iara; OLIVAR, José Miguel Nieto. **Mobilidade e prostituição em produtos da mídia brasileira**. Coleção encontros cad. Pagu: Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Unicamp, 2011.
- BERNARDES, Adriana; COSTA, Camila. **Polícia procura quarta envolvida em homicídio**. set. 2015. Correio Braziliense - edição online; caderno Cidades, p. 5. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/09/25/AXX24-2509.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- BITTAR, Bernardo. **Exploração sexual e escravidão**. ago. 2015. Correio Braziliense - edição online; caderno Cidades, p. 22. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/08/29/AXX22-2908.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- BLANCHETTE, Thaddeus G; MURRAY, Laura; RUVOLO, Julie. **Sobre o Futebol e Pânicos Morais: Prostituição no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo 2014**. Observatório da Prostituição; LeMetro, UFRJ, 2014.

BRASIL, **Câmara dos Deputados**. PL nº 4.211/2012. Lei Gabriela Leite. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Deputado Jean Wyllys, PSOL/RJ. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829>. Acesso em: 6 set. 2017.

_____. **Câmara dos Deputados**. PL nº 377/2011. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Deputado João Campos, PSDB/GO. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/839127.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

CARARO, Camila. **Mercados de Sexo e Prostituição: A Violência Sofrida, os Discursos Vigentes na Sociedade e a Busca pela Liberdade Sexual por Parte das Mulheres Integrantes deste Mercado**. In: Anais do Colóquio Nacional de Estudos de gênero e história. LHAG/UNICENTRO, 2013, pp. 176 a 186.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasil, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CONJUNTURAS na lente. dez. 2015. **Correio Braziliense** - edição online; caderno Opinião, p. 15. Sem autoria. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/12/10/AXX15-1012.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

COSTA, Camila. **Pesquisa mostra que palavrões ofendem homens e mulheres de forma diferente**. jun. 2015. Disponível em: <http://sites.correioweb.com.br/app/50,114/2015/06/12/noticia_saudeplena,153670/pesquisa-mostra-que-palavroes-ofendem-homens-e-mulheres-de-forma-difer.shtml>. Acesso em: 02 out. 2017.

CUNHA, Ari. **Parcerias**. jan. 2014. **Correio Braziliense** - edição online; caderno Opinião, p. 13. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/01/08/AXX13-0801.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

EX-DIRETOR do FMI no banco dos réus. fev. 2015. **Correio Braziliense** - edição online, caderno Mundo, p. 13. Sem autoria. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/02/03/AXX13-0302.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

GARIMPO em terra indígena. dez. 2014. **Correio Braziliense** - edição online; caderno Brasil, p. 8. Sem autoria. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/12/02/AXX08-0212.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª edição, editora Atlas. São Paulo, 1999.

_____. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição, editora Atlas. São Paulo, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GUIMARÃES, Paula. **Lourdes Barreto: 30 anos na luta por identidade das prostitutas e contra violências**. nov. 2016. Disponível em: <<http://catarinas.info/lourdes-barreto-30-anos-na-luta-por-identidade-das-prostitutas-e-contraviolencias/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Prostituição: patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas**. Mestrado em Sociologia. USP, São Paulo, 2007.

HAM, Julie. **Qual é o preço de um boato?** Um guia para classificar mitos e fatos sobre a relação entre eventos esportivos e tráfico de pessoas. Global Alliance Against Traffic in Women, Tradução: Andressa R. Bento e Thaddeus G. Blanchette. UFRJ, 2011. Disponível em: <www.observatorioprotituicao.ifcs.UFRJ.BR/textos/o-preco-de-um-boato-portuguc3aas-v1-03.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

LENZ, Flavio. **Copa do Mundo, Tráfico de Mulheres e Prostituição: mitos e fatos**. Davida - Beijo da Rua. Fundadora Gabriela Leite, abril de 2012.

_____. ANDRADE, Ana Beatriz P; AQUINO, Henrique Perazzi. **Beijo da rua, um jornal com a voz das prostitutas**. Mídia Cidadã - UERJ/UNESP. São Paulo, 2015.

LIMA, Tatiane Michele L. **A prostituição feminina no Brasil: da “questão polícia” à conquista de direitos**. Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MACHADO, Celina. Zona Interdisciplinar. Diálogos tecno-comunicativos. Cap. 2 – Assessoria de comunicação e o desafio de ampliar espaços para as questões sociais. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Sousa Ruiz (Coord.). **Mídia, questão social e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p.126-143.

MOREIRA, Isabel Cristina C. C; MONTEIRO, Claudete F. S. **A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. vol. 20. nº5. Ribeirão Preto, 2012.

MULHERES executadas em Goiás. mar.2014. **Correio Braziliense** - edição online; caderno Brasil, p. 9. Disponível em: ><http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/03/09/AXX09-0903.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

MUSUMECI, Leonarda. Estatísticas de segurança: para que servem e como usá-las. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Ababela (Org.). **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade**. Rio de Janeiro: CESEC, 2007. p. 151-176.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir da experiência de quatro mulheres militantes em Porto Alegre**. Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PERA, Guilherme; COSTA, Thiago. **Sexo e drogas em frente de casa**. abr. 2014. Correio Braziliense - edição online; caderno Cidades, p. 23. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/04/15/AXX23-1504.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: gênero no mercado do sexo**. Cad Pagu nº 25, Campinas, 2005.

_____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Coleção: sexualidade, gênero e sociedade, UERJ. Rio de Janeiro, 2013.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violências e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Sociologias. Porto Alegre, 2002.

_____. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo soc. vol. 21 nº2; São Paulo, 2009.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Ababela. “Esqueçam o cadáver”: mudanças na cobertura da polícia e segurança pública. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Ababela (Org.). **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade**. Rio de Janeiro: CESEC, 2007. p. 15-36.

RIBEIRO, Raiana. **Tráfico de pessoas na imprensa brasileira**. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Secretaria Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/06/traficodepessoas_imprensa_reporterbrasil.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

RIFIOTIS, Theophilos. **Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval**. São Paulo, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400004>. Acesso em: 07 out. 2017.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Polícia e Prostituição Feminina em Brasília - Um Estudo de Caso-**. Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

_____. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** Rev. Katálysis. vol. 12. nº 1. Florianópolis, 2009.

_____. **Prostituição e Feminismo - Uma aproximação ao debate contemporâneo**. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Brasília, 2010.

RUBIN, Gayle S. **Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality**. Gender to Sexuality, Capítulo 9, 2012.

SAKKIS, Ariadne. **Ari Cunha: Visto, lido e ouvido há 53 anos**. mai. 2013. Correio Braziliense. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/05/18/interna_cidadesdf,366683/ari-cunha-visto-lido-e-ouvido-ha-53-anos.shtml>. Acesso em 20 nov. 2017.

SALES, Mione Apolinário. Zona de Abertura. Cap. 1 – Mídia e questão social: direito à informação como ética. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Sousa Ruiz (Coord.). **Mídia, questão social e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p. 33-81.

SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus; PINHO, Anna Maria M; PINHEIRO, Barbara; LEITE, Gabriela. **Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”**. Grupo de Pesquisa Davida, Cad Pagu nº 25, Campinas, 2005.

SILVA, Cyntia Cristina C. **Narrativas sobre a prostituição feminina na W3 Norte: construindo um dispositivo**. Mestrado em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOARES, Thiago. **Assassinato expõe o medo na 708 Norte**. out. 2014. *Correio Braziliense* – edição online; caderno Cidades, p. 20. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/10/15/AXX20-1510.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso** – um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SUSPEITOS denunciados. set. 2015. *Correio Braziliense* - edição online; caderno Cidades, p. 25. Disponível em: <<http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/09/16/AXX25-1609.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

VAZ, Ana Lucia. Zona Interdisciplinar. Diálogos tecno-comunicativos. Cap. 1 – Jornalismo para escapar da correnteza. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Sousa Ruiz (Coord.). **Mídia, questão social e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p.105-125.

APÊNDICE A
PLANILHA COM AS NOTÍCIAS ANALISADAS DO JORNAL *CORREIO*
BRAZILIENSE

DATA	CADERNO- SEÇÃO	P.	TÍTULO	AUTORIA	LINK:
08/ 01/ 2014	Opinião	13	Parceria	Ari Cunha	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/01/08/AXX13-0801.pdf
09/ 03/ 2014	Brasil/ Violência	9	Mulheres executadas em Goiás	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/03/09/AXX09-0903.pdf
11/ 03/ 2014	Brasil	7	Polícia investiga execução de garotas em GO	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/03/11/AXX07-1103.pdf
15/ 04/ 2014	Cidades/ Segurança	23	Sexo e Drogas em frente de casa	Guilherme Pera/ Thiago Costa	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/04/15/AXX23-1504.pdf
05/ 07/ 2014	Brasil/ Direitos Humanos	5	Estuprador Absolvido	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/07/05/AXX05-0507.pdf
24/ 08/ 2014	Cidades	23	Exploração Sexual leva 4 para a cadeia	Manoela Alcantara	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/08/24/AXX23-2408.pdf
08/ 09/ 2014	Cidades/ Bullying Virtual	18	Lista falsa de venda de Sexo	Guilherme Pera/ Manoela Alcantara	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/09/08/AXX18-0809.pdf

DATA	CADERNO-SEÇÃO	P.	TÍTULO	AUTORIA	LINK:
09/ 09/ 2014	Cidades/ Bullying Virtual	20	Polícia identifica suspeito	Guilherme Pera/ Kelly Almeida	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/09/09/AXX20-0909.pdf
15/ 10/ 2014	Cidades/ Violência	20	Assassinato expõe o medo na 708 Norte	Thiago Soares	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/10/15/AXX20-1510.pdf
01/ 12/ 2014	Cidades	26	Praça da Afirmção	Conceição Freitas	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/12/01/AXX26-0112.pdf
02/ 12/ 2014	Brasil	8	Garimpo em terra índigena	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/12/02/AXX08-0212.pdf
14/ 12/ 2014	Cidades/ Acidente	25	Sem polícia corpo fica exposto	Camila Costa	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2014/12/14/AXX25-1412.pdf
01/ 02/ 2015	Cidades/ Prostituição	20	As Dani Bond da vida real	Bernado Bittar/ Kelly Almeida	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/02/01/AXX20-0102.pdf
03/ 02/ 2015	Mundo/ França	13	Ex-diretor do FMI no banco dos réus	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/02/03/AXX13-0302.pdf
16/ 03/ 2015	Cidades/ Fala Geral	21	Feira sem manutenção	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/03/16/AXX21-1603.pdf
28/ 04/ 2015	Cidades/ Crime	21	Extorsão sexual	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/04/28/AXX21-2804.pdf

DATA	CADERNO-SEÇÃO	P.	TÍTULO	AUTORIA	LINK:
19/ 05/ 2015	Mundo/ EUA	12	Motoqueiros podem ser condenados a morte	Gabriela Freire Valente	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/05/19/AXX12-1905.pdf
05/ 06/ 2015	Política/ Bancada Evangélica	3	Marcha pede intervenção militar e fim da corrupção	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/06/05/AXX03-0506.pdf
21/ 06/ 2015	Cidades/ Ceilândia	21	Bares eram locais para programas	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/06/21/AXX21-2106.pdf
29/ 08/ 2015	Cidades/ Tráfico de pessoas	22	Exploração Sexual e Escravidão	Bernardo Bittar/ Mariana Labossière	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/08/29/AXX22-2908.pdf
16/ 09/ 2015	Cidades/ Prostituição	25	Suspeitos Denunciados	SEM AUTORIA	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/09/16/AXX25-1609.pdf
25/ 09/ 2015	Cidades/ Violência	24	Polícia procura quarta envolvida em homicídio	Adriana Bernades/ Camila Costa	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/09/25/AXX24-2509.pdf
10/ 12/ 2015	Opinião	15	Conjunturas na lente	Ari Cunha	http://buscacb2.correioweb.com.br/correio/2015/12/10/AXX15-1012.pdf

APÊNDICE B
FICHA PARA COLETA DE REPETIÇÕES DAS PALAVRAS NAS NOTÍCIAS
ANALISADAS

Data:
Título:
Caderno/Seção:
Autoria:
Presença dos termos: <input type="checkbox"/> Violência <input type="checkbox"/> Crime <input type="checkbox"/> Drogas